

Carta Mensal

Amazônia e a cobiça internacional

J. Bernardo Cabral

O fenômeno da “estagnação secular”

José Júlio Senna

Os Cabanos: sua revolução

João Clemente Baena Soares

A natureza comercial e o nascimento
do comércio, a partir da colônia

Cid Heraclito de Queiroz

Futuro à distância

Arnaldo Niskier

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvêas

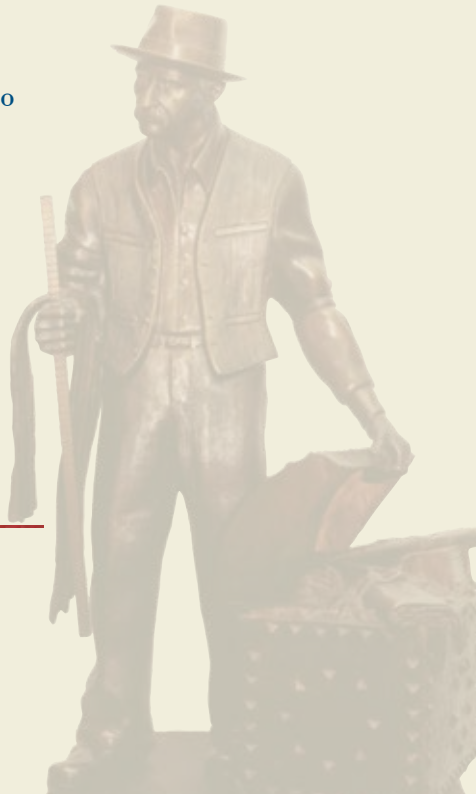
Janeiro
2020

778

v. 66



Sesc Senac



Carta Mensal

Janeiro
2020

v. 66

n. 778

Conferências proferidas nas reuniões
semanais do Conselho Técnico da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Sumário

Amazônia e a cobiça internacional	4
<i>J. Bernardo Cabral</i>	
O fenômeno da “estagnação secular”	21
<i>José Júlio Senna</i>	
Os Cabanos: sua revolução.....	32
<i>João Clemente Baena Soares</i>	
A natureza comercial e o nascimento do comércio, a partir da colônia	49
<i>Cid Heraclito de Queiroz</i>	
Futuro à distância.....	59
<i>Arnaldo Niskier</i>	
Síntese da Conjuntura Conjuntura econômica	74
<i>Ernane Galvêas</i>	

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.

As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço www.cnc.org.br.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Janeiro 2020, v. 66, n. 778

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9237

conselhotecnico@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Publicação Mensal

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Maria Luiza e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica WalPrint

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-100 p.
Mensal
ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho Técnico.



Conselho Técnico

Presidente

José Roberto Tadros

Conselheiros

Antonio Celso Alves Pereira
Antonio Chagas Meirelles
Antonio Paim
Ari Cordeiro Filho
Armando Castelar
Arnaldo Niskier
Arno Wehling
Arnoldo Wald
Aspásia Camargo
Aurélio Wander Chaves Bastos
Carlos Afonso Pierantoni Gambôa
Carlos Antonio Bettencourt Bueno
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Célio Borja
Cid Heraclito de Queiroz
Claudio R. Contador
Eduardo da Silveira Gomes Júnior
Eliseu Álvares Pujol
Ellen Gracie Northfleet
Ernane Calvêas
Ernesto Albrecht
Geraldo Holanda Cavalcanti
Gustavo Franco
Harry Adler
Humberto Mota
Ives Candra da Silva Martins
Jaime Rotstein
J. Bernardo Cabral
João Clemente Baena Soares
Joel Mendes Rennó
José Botafogo Gonçalves
José Carlos Fragoso Pires
José Carlos Soares Freire
José Gustavo de Souza Costa

José Júlio Senna
José Luiz S. Miranda
Julian Chacel
Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro
Luiz Augusto de Castro Neves
Luiz Felipe de Seixas Correa
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Luiz Roberto A. Cunha
Marco Cesar Meira Naslauskys
Marcos de Azambuja
Marcus Faver
Maria Beltrão
Mary del Priore
Mauricio Dinepi
Meton Soares Junior
Nelson M. de Mello e Souza
Olga Côrtes Leão Simbalista
Oswaldo Trigueiros Júnior
Paulo Bonavides
Paulo Rabello de Castro
Ricardo Vélez Rodríguez
Roberto Abdenur
Roberto Cavalcanti de Albuquerque
Roberto Fendt
Roberto P. de Lima Netto
Roberto Rosas
Rosiska Darcy de Oliveira
Rubem de Freitas Novaes
Rubens Penha Cysne
Samuel Auday Buzaglo
Sergio F. Quintella
Theophilo de Azeredo Santos
Vicente de Paulo Barreto

Amazônia e a cobiça internacional

J. Bernardo Cabral
Advogado

É com grande satisfação que abordo um tema que, por um lado, me enche de grandes alegrias e, por outro, me traz muitas preocupações. Falar sobre a Amazônia, da sua beleza natural, da sua descomunal riqueza mineral e biológica é sempre agradável, mormente quando se carrega na alma o verde da sua exuberante natureza. Este é o meu caso.

Enfocá-la, entretanto, diante da continuada ameaça de intervenção estrangeira, nos preocupa, pois tudo que é rico, grande, belo e exuberante desperta a cobiça.

Isso porque o tema me proporciona a oportunidade para abordar um assunto da mais alta relevância para a Região Norte e para o Brasil. Em várias ocasiões, anos atrás, ocupei a Tribuna do Senado Federal para protestar contra a crescente desenvoltura de autoridades estrangeiras em emitir opiniões e conceitos sobre a melhor – para eles – maneira de preservar a Amazônia.

E não foram poucas às vezes que, com insistência, alertei o governo federal para o descaso que tem demonstrado com a nossa região, seja

pelas facilidades econômicas e fiscais, com que tem contemplado outras regiões mais desenvolvidas, seja pelo total esvaziamento de programas essenciais para a manutenção da nossa soberania, como o Programa Calha Norte.

Cobiça internacional

O interesse pela grande Região Amazônica remonta há mais de 300 anos. Desde o início do século XVII (1637) que os portugueses se lançaram na conquista e ocupação da Amazônia brasileira, preocupados com o interesse demonstrado pela Inglaterra, França e Holanda.

No século XVIII tímidas providências foram tomadas em relação àquela área, como a construção de mais fortalezas e tentativas de colonização sob a inspiração do marquês de Pombal.

No século passado, França, Inglaterra e Alemanha estudaram a livre navegação dos rios amazônicos, com o intuito de facilitar o seu comércio, seja no lado brasileiro, seja com os outros países nela incluídos. Também os Estados Unidos, em 1850, queriam, com a *The Amazon Steam Navigation Company*, ter facilidades de navegação pelo Amazonas. As *Chartered Companies*, também norte-americanas, alegavam, no início deste século, imperativos científicos de desenvolvimento das terras incultas da Amazônia, para justificarem uma possível ocupação dessa região.

A cobiça internacional encontrou ecos diante de temas que se tornaram universais, como o meio ambiente, missões indígenas, clima, narcotráfico e desflorestamento. Brevemente, o problema de escassez de água levará o mundo a se voltar ainda mais para a Amazônia.

Nos anos 1930, até o Japão resolveu dar a sua contribuição para a ocupação da região, propondo que se fizesse uma redistribuição da população mundial, instalando-se aí os excedentes de outros locais.

Em 1948 a ONU, por intermédio da UNESCO, foi muito além, ao propor a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, um órgão de pesquisas científicas. Na realidade, o objetivo final do projeto era a desapropriação da Amazônia, com a conseqüente perda da jurisdição territorial do Brasil sobre ela. Esse projeto concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criada especialmente com essa finalidade e criava imunidades para pessoas e bens.

O mais revoltante disso tudo é que esse Projeto foi incluído no Tratado de Iquitos celebrado em 1948, e assinado também pelo Brasil. Só não foi avante porque o Congresso Nacional não o aprovou.

Nos anos 1960, coube ao Instituto Hudson dos Estados Unidos nova investida contra a soberania brasileira sobre a Amazônia, com o Projeto dos Grandes Lagos ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia, o maior dos quais produziria de 30 a 50 milhões de quilowatts de eletricidade. Segundo Robert Panero, técnico desse Instituto, esses lagos serviriam de ligação entre as bacias dos rios, melhorariam seu potencial de navegação e estimulariam o desenvolvimento regional. Iniciativa idêntica seria implementada em Chocó, na Colômbia, com saída para o Pacífico. Em resumo, essa seria uma nova variante do Canal do Panamá da qual especialmente os Estados Unidos se serviriam para facilitar o seu comércio.

Como deputado federal, à época (1968) consegui frustrar esse intento através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito por mim requerida e concluída com êxito.

Declaração de Personalidades Estrangeiras

Muito se tem falado e contestado, alegando-se que há exageros e mistificações, nas tentativas de internacionalização da Amazônia.

Vejamos alguns exemplos:

“Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas” (Margareth Thatcher – primeira-ministra da Inglaterra).

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós” (Al Gore – vice-presidente dos EUA).

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (François Mitterrand – presidente da França).

“As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todo o mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região” (John Major – primeiro-ministro da Inglaterra).

“Caso o Brasil resolva fazer uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente” (Patrick Hugles – Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas Americanas).

Mitos Amazônicos

Um estudo do conceituado professor Ney Coe de Oliveira, intitulado *Mitos sobre a Amazônia*, 1991, elenca os principais mitos, a saber:

1) O mito da *homogeneidade amazônica*

Pode-se afirmar que, dentro da bacia amazônica, existem muitas “amazônias” ou muitas facetas geográficas e ecológicas da mesma. Hoje também estão claras as heterogeneidades políticas, sociais e econômicas da região. Muitos grupos humanos diferentes habitam aquela região; povos indígenas não contactados ou contactados em diferentes níveis; habitantes de cidades; sociedades da floresta de caráter extrativista; migrantes andinos, europeus, africanos, asiáticos etc.

A mudança do enfoque da homogeneidade para o da heterogeneidade é fundamental para estabelecer estratégias adequadas a cada um dos espaços e realidades amazônicas.

2) O mito do *espaço vazio*

A Amazônia não é virgem nem é um espaço vazio. A região tem uma larga história de ocupação humana, de mais de 20 mil anos, que, ainda que pouco investigada, é uma realidade. Na atualidade, é difícil estabelecer com precisão a população dos povos indígenas, talvez em torno de 100 mil pessoas. A população existente, por outro lado, nas áreas de floresta chega a cerca de 20 milhões de habitantes, com várias cidades que superam um milhão de habitantes, como Belém e Manaus. A região possui ainda uma das mais altas taxas de crescimento anual, superando em alguns países os 3%.

A região também tem sido amplamente explorada em busca de recursos minerais (petróleo, gás e metais) e é objeto, atualmente, de uma forte superposição de interesses de conservacionistas e desenvolvimentistas, por um lado, e de povos da floresta, garimpeiros, explorações minerais migrantes etc., por outro.

3) O mito da *riqueza florestal*

A exuberância da floresta tropical tem feito crer aos que não conhecem a região que a terra, o solo, também devem ser ricos. Por outro lado, o pouco conhecimento da forma de vida e produção dos povos indígenas induz a crer que se trata de um paraíso terrestre.

Uma alta percentagem, em alguns casos até de 80%, das terras atualmente ocupadas na Amazônia pela agricultura e pecuária estão abandonadas, perderam sua fertilidade, produzindo-se um fenômeno de busca de novas terras férteis para poder haver subsistência. No caso do Peru e Bolívia as criações e cultivos legais que fracassaram foram substituídos pelo cultivo da coca para produzir cocaína.

Uma parte do desenvolvimento e ocupação da Amazônia baseou-se em sua “riqueza florestal”, que também não é da magnitude suposta. Os bosques asiáticos e africanos, apesar de serem menos variados em espécies arbóreas, são mais interessantes pela maior variedade de espécies de madeiras finas tropicais ou, ao menos, de espécies cujas propriedades são melhor conhecidas. A riqueza da região está na biodiversidade dos ecossistemas, na flora, na fauna e no germoplasma nativo.

4) O mito da *pobreza amazônica*

As explorações mais recentes demonstram que a região contém importantes recursos naturais não renováveis como petróleo, gás, ouro, urânio, ferro, entre outros. Alguns países como Equador, Peru e recentemente Colômbia, descobriram importantes reservas de petróleo e gás, e uma importante parte de sua economia baseia-se na exploração dos mesmos. No caso do Brasil as reservas minerais de bauxita, cobre e ferro descobertas, correspondem, respectivamente, a 88%, 75% e 35% do total do país.

As zonas periféricas da bacia, especialmente as vertentes orientais andinas, contêm um enorme potencial hidroenergético ainda muito pouco explorado. O Peru, por exemplo, tem 78% do seu potencial nas vertentes orientais andinas de seu território e o Brasil tem 45% de seu potencial na mesma região.

Se existe, por um lado, consenso sobre a pobreza em nutrientes da maior parte dos solos, por outro lado, também existem tecnologias com alto aporte de insumos para fazê-los produtivos. Isto leva a cálculos que consideram que até 36% dos solos amazônicos são aptos para fins agropecuários, mostrando sempre e quando utilizar insumos e tecnologias adequadas que, pelos altos custos atuais, não são possíveis de utilização hoje.

5) O mito do *pulmão da Terra*

Os que buscam argumentos contundentes e até apocalípticos, para defender a Amazônia propalam dados alarmantes sobre o que significaria a destruição, em grande escala, da floresta amazônica em nível global e afirmam que se destruiria um dos “pulmões da Terra”. Em alguns casos exibem-se cifras tais como: a Amazônia produziria 80% do oxigênio do mundo; e que é uma área extremamente importante para a fixação do CO₂ excedente do planeta. Também se afirma que o corte das florestas contribuiria tremendamente, para agravar o efeito de resfriamento ou aquecimento da atmosfera.

Com o avanço das investigações científicas está se demonstrando cada vez mais que se trata de generalizações. Certamente, o desmatamento da Amazônia contribuiria para aumentar o “efeito estufa” e o maior reflexo do calor contribuiria para agravar o aquecimento da atmosfera terrestre. É conhecido que as plantas absorvem um amplo espectro de ondas e a cobertura vegetal é a melhor defesa contra tais efeitos.

Quando se afirma que a Amazônia produz alta porcentagem do oxigênio do planeta se desconhece a extensão e importância dos mares neste sentido. Estaríamos superestimando a importância de uma região tropical sobre todos os trópicos e esquecendo que a floresta madura tem um balanço quase perfeito entre produção de oxigênio e fixação de CO₂.

Por outro lado, as florestas maduras mantêm cativa uma grande quantidade de carbono, que se libera em forma de CO₂ ao queimá-las. Neste caso, sim, existe um problema real, pois com a queima das florestas amazônicas estariam sendo liberadas quantidades importantes de CO₂ à atmosfera contribuindo assim para o aquecimento global. Ainda assim, a combustão de combustíveis fósseis é a parte mais importante das emissões antropogênicas de CO₂ à atmosfera, calculando-se que o desmatamento é responsável somente por 15% a 30% das emissões.

Segundo algumas fontes (WRI, 1990) o Brasil foi responsável por 10,5% das emissões globais de CO₂ em 1987, sendo o primeiro emissor mundial e o terceiro emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa, baseando-se em cifras de desmatamento de 80 mil km² por ano. Outros (INPE, 1989; FEARNSSIDE, 1990), estimam que se trata de exageros a superfície desmatada no Brasil e que as emissões seriam muito menores. Estima-se que entre 1978 e 1987 as emissões do Brasil estariam em torno de 161 milhões de toneladas de carbono ao ano.

6) O mito do *índio*

Os povos indígenas conhecem o ambiente e os recursos da floresta e das águas, desenvolveram tecnologias adequadas para o cultivo; domesticaram plantas e animais; conhecem as propriedades de milhares de plantas silvestres e, enfim, são capazes de contribuir realmente para

melhorar os sistemas de produção para a região. É necessário destacar que o modelo indígena é válido para certas condições e que, de fato, sua contribuição é decisiva para melhorar os modelos introduzidos.

Os modelos indígenas de racionalidade no uso dos recursos naturais do ambiente dependem essencialmente do isolamento e de certas estruturas sociais. Uma vez em contato com uma cultura estranha vão perdendo sua racionalidade, podendo se transformar em destruidores do ambiente à semelhança dos colonos. Numerosos pesquisadores estudaram os modelos nativos de produção e seu conhecimento sobre o meio ambiente e as práticas agrícolas, comparando-os com os métodos científicos ocidentais. As conclusões são coincidentes em que a organização social e as relações sociais da proteção têm tanta importância quanto o meio ambiente e os cultivos. A influência destes resultados modificou o enfoque que o fracasso da transferência de tecnologias novas devia-se à ignorância e à indolência.

7) O mito de que a *Amazônia é só o Brasil*

O Brasil tem jurisdição sobre cerca de 70% da bacia amazônica e pouco mais de 60% do território brasileiro é amazônico. Países como Peru, Bolívia, Equador e Colômbia, no entanto, também têm altos percentuais de territórios amazônicos.

Esta realidade tem sido pouco avaliada e as responsabilidades globais no âmbito da bacia não têm sido nem um pouco distribuídas. Simplesmente intitulou-se o Brasil como o responsável pela Amazônia atribuindo-lhe toda a responsabilidade da destruição da região em nível internacional.

O mundo vive hoje uma Era em que se valoriza, sobremaneira, tudo aquilo que é natural. Estima-se que, no meio farmacêutico, 40% dos remédios sejam dessa origem e a expectativa é de que tal percentual

vá crescer muito mais, num curto espaço de tempo. A sanha internacional por esses fármacos é a razão de um dos maiores problemas enfrentados por nosso país. Conhecedores da imensa biodiversidade amazônica, os laboratórios internacionais tudo fazem para subtrair do nosso território matérias-primas e conhecimentos dos indígenas. Relatos de guias turísticos dão conta de que muitos visitantes estrangeiros têm o hábito de carregar em suas mochilas, *kits* completos para o recolhimento de amostras de plantas, cascas de árvores, flores, terra e microorganismos. É comum levarem ainda em suas bagagens besouros, borboletas, abelhas, marimbondos e outros insetos. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou, há muitos anos, que um folheto de propaganda da Associação Ecológica Alto Juruá, conhecida como Selvaviva, oferecia plantas medicinais e o conhecimento tradicional de comunidades indígenas para sua obtenção a interessados do Brasil e do Exterior.

Na Amazônia, a biopirataria quase tem a dimensão da sua biodiversidade e, podem ter certeza, o nosso país está perdendo a parada para a pirataria. Citemos apenas dois casos: o químico Conrad Gorinsky – roraimense de origem bretã – obteve do Escritório de Patentes Europeu o direito de propriedade intelectual sobre dois compostos farmacológicos retirados de plantas da Amazônia, com a ajuda dos índios “uapixana”, de Roraima. Um desses extratos é o Rupuninine, extraído do bibiru (*octotea rodioei*), árvore comum na fronteira do Brasil com a Guiana, o qual, além de ter efeito anticoncepcional, inibe o crescimento de tumores cancerígenos. Alguns cientistas suspeitam que possa também frear a reprodução do vírus da AIDS. O outro fármaco é o Cunaniol, retirado da planta cunani (*clibadium sylvestre*), potente estimulante do sistema nervoso central e forte anestésico, que, inclusive, pode ser utilizado em cirurgias em que seja necessária a parada dos batimentos cardíacos. O extrato de jaborandi, também retirado de uma planta brasileira, é outro fármaco pelo qual já pa-

gamos direitos a laboratório estrangeiro, de vez que foi retirado e patenteado em outro país.

A riqueza biológica não é adequadamente conhecida, havendo muitas espécies que nem ao menos foram catalogadas. Sabe-se que, em um só hectare da floresta, existem cerca de 500 espécies de plantas e vivem 50 mil de animais e microorganismos diferentes. Isso é um campo vasto e fértil para a pesquisa científica e, também, para a cobiça.

Se o Brasil não correr atrás da revisão de patentes concedidas externamente, de forma irregular, terá que entrar na fila de compradores de um produto cujo insumo lhe foi surrupiado, ou produzirá em seus laboratórios medicamentos derivados dessa matéria-prima, dando em troca polpudos recursos às empresas de biotecnologia detentoras dos respectivos *royalties*.

A real riqueza dessa região não é ainda do conhecimento humano. Sabe-se, entretanto, que o subsolo é riquíssimo em minerais como ouro, manganês, ferro, nióbio, titânio, bauxita, cobre, estanho, caulim, diamante, chumbo, níquel, alguns dos quais nem sequer são devidamente conhecidos da ciência. A riqueza de peixes é incomensurável, tão numerosos e piscosos são os seus rios.

A pesca pode perfeitamente ser desenvolvida, desde que não o seja de forma predatória, que se respeite a época da desova e que não se capturem os peixes pequenos.

A exploração madeireira é compatível com a conservação das florestas? É evidente, e isso até já foi mostrado em nossa televisão. Já há pessoas que fazem isso na Amazônia. Basta que não se derrube a floresta de forma indiscriminada. A floresta amazônica, como defende o professor de Economia Ernani Hickmann, é extremamente

heterogênea, misturando-se árvores de grande valor de mercado com outras sem valor algum. Se forem cortadas apenas aquelas que são boas, o estrago será diminuto e, em pouco tempo, a mata se recompõe. Árvores pequenas, que sufocadas pelas grandes não se desenvolveriam, podem crescer até mais rapidamente, se houver um raleamento das plantas, com a penetração de mais luz. O que é prejudicial e irreparável é a queima indiscriminada da mata para o plantio agrícola ou para fazer pastagens.

Em 1982, em Genebra foi organizado o Primeiro Simpósio Mundial sobre as “Divergências Inter-Étnicas na América do Sul”, com a presença de várias instituições estrangeiras e que produziu diretrizes para os missionários em ação nos países amazônicos, criando-se o conceito de Amazônia Total e a considerando como patrimônio da humanidade.

O documento produzido em Genebra, traça normas para a Amazônia de tal ordem como a proibição de construção de estrada, campos de pouso, barragens de qualquer tipo e tamanho, obras nas fronteiras, civis ou militares, com o fim de evitar qualquer agressão contra a área da Amazônia.

Segundo o documento, a floresta deverá ser mantida, os seres que nela vivem, como os índios, animais silvestres e tudo mais, como a natureza os deixou antes da chegada dos europeus no continente. Enfatiza ser dever nosso a preservação da unidade das várias tribos indígenas que lá vivem a milênios. Recomenda ser imperioso promover a reunião das “nações indígenas” dando-lhes forma jurídica.

As reservas indígenas que se pretenderam a demarcação são exageradamente grandes e sempre nas regiões próximas à fronteira e contendo subsolo riquíssimo, como no caso dos Ianomami em Roraima.

Essa reserva ocupa cerca de 60% de Roraima, 2,43% do Amazonas, 1,11% do Brasil e 9,10% da Venezuela, exatamente na fronteira entre os dois países.

Os cerca de 200 mil índios amazônicos ocupam 10% do território nacional podendo se inferir que temos 2 índios/8km² enquanto os 800 mil dos Estados Unidos ocupam 49 índios/km².

As organizações não governamentais têm sido os grandes agentes da distorção da problemática indígena e da Amazônia em geral. Essas Organizações, normalmente, têm por trás governos estrangeiros interessados na região e, frequentemente, têm seus antropólogos e geólogos, muitas vezes disfarçados em missionários.

Existem cerca de 60 organizações estrangeiras identificadas, atuando na Amazônia e que certamente colidem com nossos interesses nacionais.

Temos até conhecimento de que estrangeiros criam entidades que se apresentam como assistenciais e protetoras dos indígenas, mas que, na realidade, têm por objetivo apoderar-se dos seus conhecimentos no campo da medicina natural. Para isso os cativam com remédios, alimentos e até aviões. Infelizmente, a religião tem servido de manto protetor a muitas dessas entidades.

Narcotráfico

Está perfeitamente comprovado que a Amazônia comporta rotas de passagem do narcotráfico através de suas fronteiras com a Bolívia, o Peru e a Colômbia.

Essa mazela da sociedade mundial contemporânea tem preocupado a todos os países e muitas ações têm sido empenhadas com intuito

de minimizar os efeitos danosos da proliferação das drogas nas populações de todas as nações.

Em relação a Amazônia tem sido feita uma campanha muito grande para combater a produção de drogas na América Latina e em especial em países amazônicos. Todos os países amazônicos estão engajados na luta para combater essa verdadeira praga social e o nosso país tem despendido esforços para combater a expansão crescente desse flagelo entre nós.

A atuação dos Estados Unidos em países Latino-Americanos e em especial em vizinhos na Amazônia tem nos preocupado, pois com o pretexto de perseguir traficantes e guerrilheiros pode pretender atuar no nosso território. Hoje atua na Colômbia com o consentimento governamental e aos poucos vai assentando efetivos e material na Região Amazônica colombiana.

Para enaltecer as ações que realmente contribuem para tornar efetivo o legítimo direito de dispor, desenvolver, manter e preservar a nossa Amazônia é que ressalto o trabalho essencialmente profissional realizado pelas nossas Forças Armadas na Amazônia.

Ações a realizar

- 1) Incentivar a revitalização do Pacto Amazônico demonstrando à Comunidade Internacional a união e coesão dos países amazônicos, constituídos em bloco regional a semelhança dos outros.
- 2) Incrementar o comércio exterior com os países do Oriente através de corredores intermodais de transporte que permitam o acesso ao Oceano Pacífico gerando barateamento de frete e por consequência adquirindo maior competitividade.

3) Carrear meios para o Programa Calha Norte e assim revitalizar nossas fronteiras, melhorando as condições de vida das populações isoladas naquela vasta porção do território nacional, cerca de 14% do país e, principalmente, inibir o contrabando, o descaminho e o narcotráfico.

4) Acompanhar, com redobrada atenção a atuação insubstituível do SIVAN/SIPAM tendo a preocupação em dominar inteiramente a tecnologia, altamente sofisticada, dos equipamentos eletrônicos instalados e, principalmente, gerenciar e controlar rigorosamente a produção e armazenamento dos dados produzidos.

5) Identificar, isolar e neutralizar as ações das Organizações Não Governamentais comprometidas com interesses internacionais que conflitem com os nacionais.

6) Rever a atuação da FUNAI, direcionando e adequando suas ações para os reais interesses dos índios e do Brasil.

7) Planejar, executar e fiscalizar o aproveitamento racional dos recursos naturais da região, a saber:

- Água;
- Minérios;
- Fármacos;
- Madeira;
- Agricultura;
- Extrativismo.

8) Estabelecer condições para o desenvolvimento da iniciativa privada em projetos e programas de interesse para a Amazônia.

9) Perseguir sempre a adequação dos estudos, discussão, elaboração e execução dos Planos, Programas e Projetos à realidade e peculiaridades da área para não incorrer nos erros do passado.

Conclusão

Há sérios desafios a vencer para levarmos avante o processo de humanização e desenvolvimento da Amazônia, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.

Isto, entretanto, não pode servir de empecilho para a utilização racional da região. Manter a Amazônia intocada, qual um santuário da natureza, é um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores ou de quem não tem compromisso com o futuro de nosso país e de nosso povo.

E por fim concluo que:

- 1) Os chamados “verdes” ou ambientalistas estão falando mais do que os cientistas.
- 2) Devemos evitar os extremos: os ecologistas ingênuos e os xenófobos (que não admitem opiniões sensatas do exterior).
- 3) Não se deve contrapor, em termos ideológicos, desenvolvimento e ecologia, pois a pior cegueira tem sido a ideológica que não deixa o homem pensar.

4) Certas afirmações sobre a Amazônia (e a natureza, em geral) poderão dar boa poesia, mas não boa ciência.

5) A questão da Amazônia é, sobretudo, ética. A ética é a base de toda regra de convivência racional e consciente. O conhecimento, a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias específicas são fundamentais, mas só poderão ser úteis – no sentido da preservação da cultura e do ecossistema – se presididos por esse tipo de sentimento e de compromisso.

6) Nesse ponto, é preciso deixar bem claro uma coisa: de modo algum nosso país abrirá mão de sua soberania, historicamente reconhecida, sobre seu território amazônico. Internacionalizar, no sentido de desnacionalizar, é projeto que pode ser, desde já, excluído de qualquer agenda de discussões.

O fenômeno da “estagnação secular”

José Júlio Senna

*Economista e chefe do Centro de Estudos Monetários, do IBRE/FGV,
ex-diretor do Banco Central*

As economias avançadas experimentam hoje uma espécie de “mundo novo”, caracterizado por crescimento econômico modesto, inflação e juros baixos, por vezes negativos.

O objetivo do presente artigo é examinar a origem e a natureza desse fenômeno, procurando entender as forças que o geram, e discutir as perspectivas de eventual retorno a um ambiente mais “normal”, nos próximos anos. Por certo, trata-se de um assunto de grande relevância para o Brasil. De um lado, parece claro que, em certa medida, esse mundo novo nos ajuda, pois tem acarretado condições financeiras que nos são favoráveis, sob a forma de juros internacionais baixos, por exemplo. De outro, porém, tem produzido também o encolhimento do ritmo de expansão do comércio mundial, dificultando o crescimento de nossas exportações, ao mesmo tempo em que não propicia preços internacionais de *commodities* mais interessantes para países exportadores desses produtos, como é o nosso caso.

O novo fenômeno e a crise financeira

O novo fenômeno e a crise financeira de 2008/2009 estão intimamente associados. De um lado, mudanças estruturais importantes começaram a se manifestar antes da crise. E sobre ela tiveram grande influência. De outro lado, a própria crise teve consequências importantes que, ainda hoje, contribuem para o crescimento econômico mais lento.

Os primeiros sinais de transformação surgiram no princípio dos anos 2000. A partir de algum momento daquela década, as economias desenvolvidas revelaram-se fortemente estimuladas por um amplo conjunto de fatores. Os juros da política monetária e do mercado (ou seja, juros de curto e de longo prazos) mostravam-se baixos, as cotações de ações em mercados de bolsa subiam, o mesmo ocorrendo com os preços dos imóveis, de maneira geral. O crédito apresentava-se farto, significando aumento expressivo do endividamento de bancos, empresas não financeiras e famílias.

O relevante nessa história é que, em tese, diante de tantos estímulos, as economias avançadas deveriam apresentar crescimento bem acima da média histórica, sendo de esperar, também, a elevação das taxas de inflação, mas nada disso aconteceu.

Apesar da enormidade dos incentivos, o crescimento econômico dos referidos países ficou praticamente na média histórica, tendo algo semelhante ocorrido também no tocante à evolução dos preços.

Diante dessa constatação, é possível concluir que algo de muito importante estava acontecendo, no sentido de enfraquecer as economias. Se mesmo diante de alta dose de “anabolizantes” as economias não atingiam crescimento extraordinário, da atividade e dos preços, alguma coisa diferente estava em andamento.

Antecedentes da crise

Larry Summers foi quem primeiro chegou à conclusão acima, e quem primeiro levantou hipóteses acerca do novo fenômeno. Foi Summers quem reavivou a tese da “estagnação secular”, largamente discutida hoje em dia, originariamente formulada no final da década de 1930, por Alvin Hansen, na época o principal nome do keynesianismo nos Estados Unidos.

O que Summers notou de relevante foi que, no mundo avançado aumentara, sobremaneira, a propensão a poupar, ao mesmo tempo em que encolhera a propensão a investir.

Em essência, por trás da questão relativa à poupança, encontram-se fatores como o aumento da desigualdade de renda e de riqueza, observável na maior parte das nações desenvolvidas, a partir da década de 1980. Aumento de desigualdade implica em apropriação de fatias cada vez maiores do bolo da renda ou da riqueza nacional pelo contingente dos mais favorecidos, justamente os de menor propensão a consumir, ou seja, de maior propensão a poupar.

Outro fator com influência na mesma direção tem a ver com a demografia. Com o acentuado aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, fenômenos observáveis já há um bom tempo, as pessoas percebem que viverão mais do que anteriormente imaginado na condição de aposentadas. Dado que a renda da aposentadoria é habitualmente inferior à obtida com o trabalho, faz-se necessário poupar mais do que o previsto, de modo a evitar expressiva queda de padrão de vida em anos futuros.

No tocante ao comportamento dos investimentos, note-se que, tendo ficado para trás a época do rápido ritmo de crescimento populacional,

na larga maioria dos países, diminuiu sensivelmente a demanda por certos investimentos de grande porte. Isto é verdade no que se refere, por exemplo, a investimentos em áreas como habitação e geração de energia. Ao mesmo tempo, a natureza do progresso tecnológico dos últimos anos tem significado substancial na redução da intensidade de capital físico dos novos projetos. Ilustração relevante envolveria comparar, por exemplo, o que existe de capital desse tipo em iniciativas como as das chamadas empresas de tecnologia dos tempos de hoje, de um lado, e as relacionadas com os grandes empreendimentos de infraestrutura, de outro.

De maneira geral, bancos centrais do mundo todo pilotam os juros da política monetária, de curto prazo, sobre os quais as autoridades monetárias têm controle, de olho em alguma referência. Essa referência é, habitualmente, entendida como representada por estimativas do que usualmente se chama de juros de equilíbrio, ou juros neutros. Tais juros não são observáveis, necessitando, portanto, de serem estimados, e resultam da interação entre os fluxos de poupança e os fluxos de investimento. Diante da ampliação do desejo de poupar e da diminuição da demanda por investimentos, esses juros tendem a cair.

Dado o enorme grau de integração financeira atualmente existente, especialmente entre países desenvolvidos, faz sentido pensar nesses países como constituindo um bloco relativamente uniforme, para o qual teríamos uma única taxa neutra de juros, que, de algum modo, oscila com o tempo. Devido ao alto grau de imprecisão envolvido nos cálculos dessa taxa, muitos preferem pensar numa banda estreita, em lugar de uma estimativa pontual.

Como é notório, os juros de mercado, de prazo longo, encontram-se em processo de queda sistemática desde meados da década de 1980.

Muito possivelmente, os dirigentes dos principais bancos centrais do planeta viram nesse movimento sinal de que algo de importante acontecia no tocante ao comportamento da poupança e da demanda por investimentos, e entenderam que os juros de equilíbrio no mundo desenvolvido também seguiam trajetória de queda. É provável que esta percepção tenha reforçado os sinais contidos nas estimativas econométricas de juros de equilíbrio.

Diante disso, dos dois lados do Oceano Atlântico, os banqueiros centrais puseram em curso um movimento de redução dos juros da política monetária, de curto prazo. Teria isso constituído uma certa “barbeiragem”? Teria sido um erro de política monetária? A nosso ver, a resposta é não.

O que houve na realidade, no tocante às respostas dos banqueiros centrais dos Estados Unidos e da Europa, zona do euro em particular, foi uma escolha de política diante de um dilema complicado. Que dilema seria esse?

Diante da percepção de queda dos juros de equilíbrio, aos dirigentes dos bancos centrais caberia escolher entre acompanhar esse movimento, promovendo a redução dos juros de política monetária, de um lado, ou se recusar a fazê-lo, de outro. A primeira opção, representaria correr o risco de provocar instabilidade financeira, com o possível surgimento de bolhas de preços de ativos, ações e imóveis, principalmente. A segunda opção, seria resistir ao mencionado movimento de queda, e isto, seguramente, significaria prejuízo à atividade econômica e ao emprego, uma vez que juros de política monetária acima do nível de equilíbrio indicam aperto monetário.

Os banqueiros centrais ficaram com a primeira opção. Os juros de curto prazo, por eles controlados, vieram a quase zero. Isto provocou

uma formidável expansão do crédito, em geral. Famílias, empresas não financeiras e os próprios bancos endividaram-se sobremaneira, ao mesmo tempo em que os preços de ativos como ações e imóveis subiram expressivamente.

Fatores estimuladores da euforia de antes da crise

Pelo exposto anteriormente, está claro que a política monetária praticada pelos principais bancos centrais do planeta constituiu uma das mais importantes sementes da crise que se seguiu. É fundamental lembrar, porém, que a referida política não foi um movimento inteiramente autônomo. Na verdade, foi uma resposta dos bancos centrais às mudanças estruturais que haviam produzido o aumento da propensão a poupar e a diminuição da propensão a investir. Diante de muitos querendo poupar, e de poucos querendo investir, os juros de equilíbrio cederam. Os bancos centrais apenas acompanharam o movimento. A opção de não o fazer inevitavelmente resultaria em recessão.

É importante deixar claro, portanto, que a queda dos juros de equilíbrio é um fenômeno real, e não monetário, derivado de alterações no comportamento de poupadores e investidores, e faz parte da essência do fenômeno que ficou conhecido por “estagnação secular”. Por certo, a expressão não é boa, em particular porque as economias atingidas pelo fenômeno (as economias avançadas) não entraram propriamente em estagnação. Apenas passaram a crescer mais lentamente. De qualquer modo, como os principais bancos centrais acompanharam o movimento de queda dos juros neutros, promovendo redução dos juros de política monetária, e dado que tal resposta contribuiu para a formação de bolhas de preços de ativos e ajudou a provocar a crise, pode-se realmente dizer que a estagnação secular e a crise financeira de 2008/2009 são fenômenos interligados.

Neste ponto, cabe ressaltar que a política monetária relativamente frouxa, praticada pelos principais bancos centrais, não representa o único elemento explicativo da Grande Crise Financeira, como ficou conhecida a crise daquela época.

O primeiro fator adicional a destacar tem a ver com a chamada “Grande Moderação”. Tal expressão passou a ser usada para designar o período compreendido entre meados da década de 1980 e o surgimento da Grande Crise. Nesse período, de modo geral, a inflação mostrou-se baixa e estável, e a atividade econômica ficou bem menos volátil. Para muitos, essa estabilidade macroeconômica era sinal de que o ciclo econômico estava abolido, como se isso fosse possível. Expectativas positivas adquiriram uma grande dimensão, à semelhança do que ocorrera nos anos 1920, antes da Grande Depressão.

Um segundo fator adicional tem a ver com o grande prestígio adquirido pelos bancos centrais, por volta do início dos anos 1990. Na época, as autoridades monetárias do Reino Unido e do Japão, por exemplo, tornaram-se independentes. Houve também a criação do Banco Central Europeu, em 1999, para cuidar da moeda única da zona do euro. Ao mesmo tempo, surgia uma nova e bem-sucedida estratégia de política monetária, denominada regime de metas de inflação (*inflation targeting*).

Na zona do euro, o surgimento da moeda única trouxera grande otimismo. Em países da periferia, que aderiram ao novo sistema, era comum raciocinar como se tivessem adquirido uma espécie de passaporte para a prosperidade. A divergência entre taxas de juros praticadas nos diferentes países reduziu-se de maneira extraordinária, reforçando aquele sentimento.

Os ensinamentos históricos deixados por Minsky e Charles Kindleberger foram bem claros. Economia estável e com futuro promissor gera euforia. Excesso de entusiasmo estimula o crédito. E isso produz bolhas de ativos e fragiliza o sistema financeiro. Na esteira de crises assim nascidas, as recessões costumam ser prolongadas. Carência de adequada regulação financeira também concorreu para essa sequência de eventos.

A chegada da crise

A crise começou em agosto de 2007. Na ocasião, o banco francês BNP Paribas suspendeu resgates de clientes em três fundos de investimento em hipotecas do tipo *subprime*.

Essa decisão, aparentemente inevitável, espalhou insegurança pelos mercados financeiros, de maneira geral. Que outros fundos ou instituições teriam o mesmo problema? Com isso, desapareceu a confiança em contrapartes, dando-se início a uma corrida por liquidez. Em momentos como esse todos querem manter posições líquidas.

Levou um certo tempo, mas, quando os problemas chegaram aos bancos de investimento nos Estados Unidos, a crise adquiriu dimensão gigantesca, especialmente após o fechamento da Lehman Brothers. Os mercados financeiros travaram e, com a desabada dos preços dos ativos, a perda de riqueza financeira foi enorme.

Felizmente, os governos e os bancos centrais agiram com presteza e competência. Em pouco tempo os mercados se normalizaram. Contudo, as economias avançadas, foco de nossa análise no presente artigo, que já enfrentavam as dificuldades trazidas pelo fenômeno da estagnação secular, passaram a ter de encarar problemas adicionais. Em linhas gerais, os efeitos em si da crise acentuaram problemas anteriormente existentes.

As economias avançadas depois da Grande Crise Financeira

No campo do endividamento, o quadro pode ser descrito, pois a dívida privada, que subira muito antes da crise, não mais cedeu. Devido ao fato de que, no auge da crise, os governos se viram forçados a intervir pesadamente, o endividamento público também cresceu, e igualmente não mais recuou.

O ponto relevante aqui é notar que dívida alta é inibidora de gastos. Funciona como uma espécie de freio. Preocupados em poder saldar compromissos futuros, quem possui dívida elevada acaba segurando suas despesas, e isto vale tanto para entidades privadas, quanto públicas.

Este quadro de dívida, certamente, tem contribuído para conter a recuperação econômica no período Pós-Crise. Tal fator soma-se aos efeitos das forças da estagnação secular já discutidos, fazendo com que os grandes problemas da atualidade sejam justamente dois: *debt overhang* e *secular stagnation*.

O leitor certamente notou que as forças da estagnação secular levaram os países desenvolvidos a uma situação passível de ser descrita como deficiência crônica de demanda. Poupar mais é equivalente a consumir em ritmo menor. Dada também a inibição dos investimentos, a demanda no mundo avançado passou a crescer em velocidade mais reduzida que a vigente anteriormente. Esta é a raiz do crescimento econômico mais modesto verificado nos últimos tempos.

Com demanda relativamente fraca, a inflação também passou a apresentar trajetória mais contida. As taxas de crescimento dos preços têm ficado aquém das metas de inflação oficialmente traçadas. E isto, por sua vez, tem permitido a manutenção do quadro de juros baixos, por vezes negativos.

Note-se que as forças da estagnação secular presentes antes da crise não arrefeceram no período Pós-Crise. Observe-se também que, dentre as principais regiões do planeta, somente os Estados Unidos revelaram recuperação econômica importante, tendo o Banco Central americano encontrado espaço para gradualmente reduzir a acomodação monetária iniciada em 2008, ou seja, para aos poucos voltar a promover elevação das taxas básicas de juros. Infelizmente, a Europa passou a apresentar características semelhantes às reveladas pelo Japão, que há décadas se esforça para conseguir crescimento econômico mais vigoroso e taxa de inflação significativamente positiva.

As tentativas generalizadas dos banqueiros centrais de procurar compensar as forças desinflacionárias aqui discutidas, por meio de estímulos monetários, têm produzido resultados aquém dos pretendidos. A razão é que, nesse “novo mundo” atualmente experimentado, variáveis como consumo e investimentos respondem pouco aos incentivos de natureza monetária.

Cabe ressaltar que, quando os juros atingem patamares muito baixos, é bem possível que os consumidores passem a agir de maneira oposta à esperada pelos banqueiros centrais. O modesto rendimento da poupança das pessoas acaba causando o desejo de poupar mais, ou seja, consumir menos. Com isto, alimenta-se uma espécie de círculo vicioso, e o resultado é uma tendência de perpetuação do processo de inflação, de juros e de crescimento baixos.

Sobrepõe-se a crise do coronavírus

Uma avaliação cuidadosa das consequências econômicas da crise do coronavírus, inescapavelmente, nos leva a concluir ser bastante elevada a probabilidade de tais consequências concorrerem para

acentuar as características apresentadas nos últimos anos pelas economias avançadas.

Um dos traços mais marcantes desta crise é o extraordinário aumento do grau de incerteza reinante nas sociedades. De uns tempos para cá, pesquisadores têm desenvolvido metodologia que permite avaliar a dimensão deste fenômeno, nesta ou em outras circunstâncias. O método que tem se firmado envolve mensurar a quantidade de vezes em que a palavra incerteza aparece associada a questões econômicas, em periódicos selecionados, ou na imprensa em geral. Medidas assim obtidas têm revelado fortíssima elevação recente do grau de incerteza.

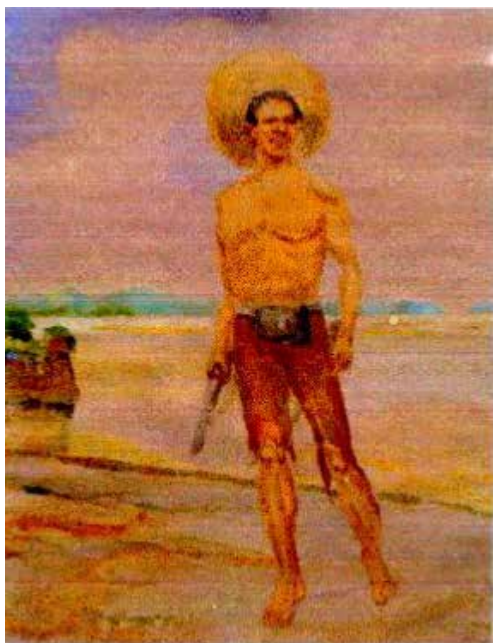
Acresce que, há tempos, os economistas sabem que os empresários tendem a se conter diante de aumento expressivo da incerteza. Investimentos empresariais são iniciativas que envolvem um certo compromisso com o longo prazo. Na medida em que o futuro se mostre anormalmente incerto, os investimentos tendem a ser postergados, até que se tenha maior clareza acerca do rumo dos acontecimentos.

Do lado da poupança, essa mesma incerteza também costuma levar os consumidores a se segurarem, praticando o que os economistas, habitualmente, chamam de poupança por precaução.

Sendo assim, e admitindo-se que as elevadas incertezas não se dissiparão tão cedo, parece razoável supor que as consequências econômicas da pandemia atuarão no sentido de acentuar os efeitos do fenômeno da estagnação secular. A constatação de que famílias e empresas sairão da crise com aumento expressivo de seu nível de endividamento seguramente reforça essa conclusão.

Os Cabanos: sua revolução

João Clemente Baena Soares
Embaixador e ex-secretário-geral da OEA



Cabano

Incio minha apresentação com palavras do cônego, advogado e tribuno, mentor dos cabanos, Batista Campos. Criou ele para seu jornal *O Paraense* a seguinte epígrafe:

“De circuntóquios nada sei.
O caso conto como o caso foi.
Na minha frase de constante Lei.
O patife é patife, o boi é boi.”

I

Em 1808, o Príncipe Regente resolveu ocupar a Guiana Francesa. Ano seguinte, um exército de 600 paraenses indígenas, caboclos, mestiços, escravos libertos, cumpre a missão e toma a Guiana. Outros muitos a eles se juntam, lá permanecem até 1817, data em que, como consequência dos ajustes do Congresso de Viena, o território foi restituído à França.

Os soldados partiram com armas para a luta, e regressaram com armas e ideias para a nova luta.

Naquela terra, os paraenses encontraram degredados, os “indesejáveis”, alguns líderes da Revolução Francesa e gente menor, subalternos, mas com visão nova das coisas o que interessou e espantou os soldados. A vida para eles não seria a mesma.

Os que sobreviveram e regressaram ao Grão-Pará juntaram-se aos contrerrâneos das periferias urbanas e das margens dos rios. Continuaram excluídos, descontentes e infelizes.

Eram tempos de grandes inquietações e incertezas. As autoridades respondiam a Lisboa diretamente e os membros da elite se envolviam nos conflitos políticos da Metrópole.

Elegiam-se representantes às Cortes de Lisboa, conflitiva prática que levava a enfrentamentos armados.

Aparece, então, uma figura singular: Felix Patroni. Em sua juventude com ideias libertárias, que mais tarde renegou, funda com Batista Campos o primeiro jornal da Região *O Paraense*, que representa o Pará nas Cortes de Lisboa. Destaca-se por proferir violento discurso diante de d. João VI em defesa dos interesses de seus eleitores.

Regressou a Belém e continuou sua pregação. Acabou preso, mandado de volta a Lisboa, classificado de “perigoso agente subversivo”. Desta vez, não foi levado para o edifício das Cortes.

O jornal que fundou manteve, de início, a linha pró-Reino, dentro do regime liberal de 1820, na Metrópole. Pouco depois, mudou a orientação e passou para o outro lado, o da separação. Comandada por Batista Campos, a nova fase foi de ênfase nacionalista.

A imprensa teve papel preponderante nos acontecimentos pré e pós-independência.

O jornal *O Paraense* pouco durou, mas muito agitou. Houve outros jornais unidos no mesmo objetivo e no mesmo destino: prisão dos redatores, empastelamento das máquinas e oficinas. Na sua falta, restava o recurso dos panfletos, distribuídos à população ou afixados em lugares mais frequentados. Dirigiam-se, como os jornais, é claro, à minoria alfabetizada, mas afetavam a vida de todos.

Uma figura a não esquecer na fase pré-cabanagem é a de Lavor Pagaio. Panfletário, agitador, conhecido como jornalista talentoso, veio do Ceará a convite de Batista Campos e fundou o jornal *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*. Tanto ofendeu o governador de então, Lobo de Souza, e com tanto ardor arregimentou adeptos que foi perseguido, fugiu para a mata, continuou ativo. O primeiro governo Cabano não o aproveitou. Por isso e outras razões mais, enfrentou

sua oposição, prendeu-o e o despachou para o Maranhão. O agitador não regressou ao Pará.

Ao lado da imprensa, o Clero constituiu fator decisivo nas desavenças políticas. Declarações, cartas pastorais, homilias, ações de rua, redação de documentos, de tudo e dos dois lados, com ênfase em favor dos cabanos. Um dos padres mais ativos foi Casemiro Pereira de Souza, autor de discursos e proclamações, conselheiro de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim.

O Grão-Pará tinha mais de cem mil habitantes. Belém já era cosmopolita, embora o idioma mais falado fosse a língua geral, depois apelidada de “nheengatu”.

Centro de intenso comércio, em triangulação com Maranhão e Lisboa, principalmente. Porto de muita atividade, exportava cacau, drogas do sertão, couros de boi, castanha e madeira.

As vacas gordas viriam muito mais tarde, com a borracha. Agora, era aguentar no limite do possível.

O Grito do Ipiranga não se ouvira no Norte. Era coisa das “Províncias do meio dia”. Estávamos em 1823. Foi preciso haver intervenção estrangeira para que lá chegasse seu eco.

Um mercenário inglês John Greenfell, subordinado do almirante Cochrane, ancorou seu brigue de guerra “O Maranhão” na Baía de Guajará e ameaçou bombardear Belém com uma esquadra, que depois se soube inexistente, se não houvesse adesão à independência. Houve, a 15 de agosto de 1823, o Grão-Pará assinou a Ata de Adesão, documento que agora integra o magnífico Arquivo Histórico do Estado do Pará, a que tive acesso.

Curiosamente em maio, do mesmo ano, o pequeno município Muaná, no Marajó, tornou-se o primeiro lugar no Norte em que se aceitou a Independência.

A confusão apenas começava.

Elegeu-se uma Junta Provisória de Governo. Entre seus membros, o cônego Batista Campos e o proprietário agricultor Felix Clemente Malcher.

No começo do século XIX, o Grão-Pará, território da cabanagem, era governado por Juntas eleitas na região. Virou Província com a Independência e passou a obedecer a um presidente nomeado pelo Governo Central.

Estão em campo o Partido Brasileiro, o Filantrópico, e o partido português, o Caramuru. Aquele deseja afastar todos os funcionários portugueses, de todos os escalões. E sem êxito, parte para a conspiração e desta para a tomada do Palácio. Batista Campos ocupa o poder, e demite os portugueses, mas a multidão que o seguia não se dispersa. Insatisfeita, ataca, destrói, e saqueia comércios e residências de portugueses.

Batista Campos comete um erro, de consequências graves. Pede auxílio a Greenfell e este, sem se fazer de rogado, fuzila e arrebenta. Prende o próprio Batista Campos que acusa de ter insuflado a violência. Encarcera 256 prisioneiros no porão do brigue “Palhaço”, sem ar, sem água. Sobre eles manda despejar cal para completar o trabalho. Não há brancos entre os mortos.

Greenfell parte e leva os cofres públicos, bens de comerciantes e escravos. É a chamada Carta de Corso, como pagamento autorizado pelo Imperador sem recursos.

Motins em março e agosto de 1823 pela manutenção dos laços coloniais, e em abril e maio do mesmo ano, pela independência.

Eram conflitos por toda a parte.

O Clero, favorável na maioria aos cabanos, contra maçons (prevalentes na política), brasileiros contra portugueses (controladores do comércio e das finanças). Dizem alguns autores que o Grão-Pará a partir de 1823 e por toda a década seguinte era um baú de pólvora à espera de uma faísca.

Para complicar ainda mais a situação, em 1832 formou-se a Guarda Nacional e redesenhou-se a Província para efeitos judiciários, com a inquietação e o desagrado de muita gente, devido à criação de vilas e povoados, rebaixamento de alguns e extinção de outros.

A regência de Feijó, em sua miopia, em seu pouco entendimento da situação, contribuiu com decisões equivocadas ao indicar para a região autoridades de nacionalidade portuguesa, de nenhuma habilidade política.

Há registro de que o medíocre Feijó, em dezembro de 1835, afogado em rebeliões no Norte e no Sul, chegou a convocar os embaixadores da França e da Inglaterra, e propôs que cada um de seus países reunisse uma força de 300 ou 400 homens, contingente igual ao que havia sido solicitado ao embaixador de Portugal.

Para quê? Para temporariamente ocupar áreas próximas a Belém. A “cooperação” se justificava “nos interesses gerais da humanidade e da civilização”. Apenas não queria que o público soubesse. O assunto não foi adiante porque os embaixadores, prudentes, lhe solicitaram formular o pedido por escrito.

A regência combatia rebeliões em todos os cantos, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Em Belém, contudo, o fenômeno teve aspectos próprios e imprevistos. O povo ocupou e exerceu o poder. E como chegou lá? Por uma revolução que teve inspiradores e líderes, mas que se realizou na força e ousadia dos cabanos. Configurou uma luta social, nisso distinta das rebeldias nordestinas e dos movimentos separatistas do Sul. Provocou violenta reação das classes rurais proprietárias representadas na regência de Feijó.

Quem eram eles? Os habitantes de palhoças, toscas cabanas (daí cabanos), indígenas, negros libertos ou fugidos, mamelucos, caboclos, brancos empobrecidos, todos aqueles que se sentiam excluídos, abandonados, ignorados, e nada tinham recebido de bom com a Independência.

Fizeram uma revolução que durou 5 anos, 1835 a 1840, vitimou 40 mil pessoas, contados os dois lados, no cálculo de vários autores.

Os líderes já se revelavam nos conflitos políticos pré-cabanagem.

O primeiro deles não conseguiu ver a revolução. Era o cônego, paraense de Belém, João Batista Gonçalves de Campos.

Homem de muito talento, limitada instrução, sabia mobilizar, organizar e inspirar. Lutou pela independência, não perdoava os reinóis. Chefe do Partido Filantrópico, o dos brasileiros, foi preso diversas vezes. Jamais deixou de ser nacionalista e opositorista, não abandonou a luta política, quer na Junta de Governo, quer na imprensa. Perseguido, na sua última fuga internou-se pela mata. Morreu seis dias

antes do primeiro ataque cabano a Belém. A causa da morte foi uma gangrena em ferida mal curada. Enorme perda para o movimento.

Outro líder foi Felix Clemente Malcher, má escolha dos revolucionários. Soberbo, autoritário, porém nacionalista, favorecedor dos revolucionários, por eles levado ao posto de Primeiro Governador Cabano. Devido às suas atitudes políticas anteriores, fora perseguido pelos dirigentes portugueses, tivera sua fazenda destruída e, por tudo isso se credenciara para o governo, posto que naturalmente teria cabido a Batista Campos.

Tanto fez, e em tão pouco tempo, que entrou em conflito com os chefes militares cabanos. Deixou-se envolver pelos oficiais dos navios da Marinha Imperial, surtos no porto, que desejavam cindir o movimento para jogar facção contra facção, o que de fato aconteceu com lutas nas ruas de Belém e Malcher refugiado em uma das embarcações. Cometeu seu maior erro: ordenou o bombardeio de Belém, no comando do tenente José Eduardo Wandenkolk, com resultado negativo para ele e reforço para a posição dos cabanos. Wandenkolk entregou Malcher aos cabanos. Fuzilado ao desembarcar.

Aclamou-se o segundo governante cabano, Francisco Pedro Vinagre, chefe militar. Francisco nasceu no interior, era lavrador e sem preparo. Os problemas o superam, mas soube conduzir-se com dignidade ao enfrentar situação de conflito com a França, criada no governo anterior, quando cabanos invadiram o vice-consulado francês. A reação estrangeira foi despachar dois navios de guerra com exigências humilhantes de reparação, mas Vinagre resistiu. O episódio era anterior à sua gestão, não se sentia responsável. Manteve-se firme, encerrou o assunto e os navios se retiraram.

Seu irmão Antônio, de mesma origem, era radical, bom chefe militar. Reagiu à entrega do governo a um português enviado por Feijó, o marechal Manoel Jorge Rodrigues tendo como comandante de Armas um mercenário inglês chamado John Taylor. Retirou-se de Belém para o interior, onde continuou a mobilizar os descontentes.

O terceiro presidente cabano Eduardo Nogueira, apelidado Angelim, pela madeira forte e resistente, era cearense, de Aracati, e como seus conterrâneos de então e de agora, deixou a terra seca e emigrou para a terra encharcada. De certo preparo, era discípulo e admirador de Batista Campos. Jovem, como os demais líderes, tinha 21 anos na rebelião.

Entre suas atitudes mais relembáveis, está sua recusa em aceitar propostas de agentes ingleses e norte-americanos de auxílio militar para a separação do Grão-Pará, independente. Talvez por antever nova tutela estrangeira, manteve-se fiel ao lema cabano “liberdade dentro da legalidade”. Ao cair, pagou exílio de 10 anos no Rio de Janeiro. Regressou para morrer no interior paraense.

Se assim posso classificá-los, eram os três chefes principais, mas em um movimento de massa, existiam numerosos outros, de origem humilde semelhante, de ideias nativistas, e bons de combate, os irmãos Aranha, Geraldo Gavião, o Negro Patriota, Domingos Sapateiro, Manoel Paraense e, os outros três irmãos Vinagre.

III

No começo de 1835, observam-se movimentos estranhos em Belém. Pessoas desconhecidas, de trajes singulares, começavam a aglutinar-se em pontos estratégicos da capital. Na madrugada do dia 7, a

revolução está na rua. Os cabanos são milhares, tomam o Palácio do Governo, os quartéis, o arsenal. Matam o presidente da Província, Lobo de Souza e o comandante de Armas. Atacam portugueses e maçons, comércios daqueles e sedes destes, com fuzis, mosquetões, canhões, espadas, facões, punhais e pedras. Não importa a arma, importa acabar com a opressão.

Que deseja essa gente? Antes de tudo, respeito, liberdade, cidadania, reconhecimento. A independência para eles significou apenas a mudança de metrópole, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Pouco ou nada os beneficiou, contudo, são nativistas. Apenas uma reduzida minoria fala em separação e República.

Ao êxito da revolução não correspondia um projeto político estruturado. Os cabanos tinham o poder. Não sabiam governar. Vinagre, vitorioso, assumira o compromisso de passar o governo a quem a Regência mandasse como presidente da Província, e este foi o marechal Manoel Jorge Rodrigues, português.

Houve aguda cisão entre os cabanos. Os mais intransigentes não aceitaram que Vinagre entregasse o posto. Foram superados pelos moderados e o marechal tomou posse com pompa e *Te Deum*.

Não houve pacificação, pois o marechal não dispunha de meios, de tropas para essa missão. Mesmo assim, prende Francisco Vinagre e muitos outros. Resultado: Antônio Vinagre, na mata, consegue reunir mais de 3 mil homens.

Em movimento semelhante, Eduardo Angelim recruta e faz proclamações violentas, às quais se juntam textos ameaçadores de Antônio Vinagre. Os cabanos se reagrupam. Já eram muitos milhares, vestidos como podiam, quase desnudos, descalços, enfrentando intempéries e solos agressivos.

Em 14 de agosto, prepara-se novo ataque a Belém. Antônio Vinagre lê proclamação aos “paraenses, irmãos e companheiros d’armas”. Condena “dois estrangeiros, o primeiro que é marechal chama-se Manoel Jorge Rodrigues e deixou o umbigo nas terras de Portugal; o segundo John Taylor nascido na Inglaterra, desertor da Marinha daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz o posto de chefe de Esquadra!”. Mais adiante, diz Vinagre “queremos prisioneiros e não cadáveres”, e finaliza “viva a nação brasileira. Vivam os defensores da Pátria e da Liberdade. Guerra aos déspotas e tiranos. Viva o rico e o majestoso Pará!”. Esta foi sua última proclamação, pois ao combater pelo arsenal de guerra, é morto. Seu irmão Raimundo percebe a desorientação das forças atacantes, sem líder, e procura Eduardo Angelim a quem pede que assuma o comando. Foram lutas terríveis com mais de dez barcos de guerra portugueses e ingleses no bombardeio de Belém. Mesmo assim, ao final de 7 dias e 7 noites, o marechal, seu governo, auxiliares e famílias abandonam a cidade, vencidos.

Quem governaria? Os cabanos, reunidos na praça fronteira ao Palácio, aclamam Eduardo Angelim que repetidas vezes se nega e indica outros nomes, de cônegos e políticos. Todavia, não se livra do encargo. Assim, se inicia o terceiro governo cabano, com o português deposto e seus seguidores, abrigados na ilha fluvial de Tatuoca, nas proximidades de Belém.

As primeiras tarefas de Angelim foram muito duras: combater a fome, epidemias e os cabanos extremistas. Contra a primeira tarefa criou uma padaria popular, contra a segunda tarefa, pouco pôde fazer e contra a terceira tarefa, enfrentou-os às custas de expandir incipiente sentimento de desânimo e desesperança.

Ocorre, então, o episódio do navio “Clio”, seu maior desafio. Navio mercante inglês, que carregava armas encomendadas pelos legalistas,

parado na Barra de Salinas, no oceano, à espera de práctico para levá-lo ao porto. Alguns cabanos da área sabem do fato, atacam e levam a carga. Em resposta, os ingleses mandam três navios de guerra à Baía de Guajará. O comandante da frota em carta a Angelim enumera exigências de reparação: castigo dos responsáveis, indenização pela perda do navio, desagravo à bandeira inglesa. Angelim não fala inglês, e pede ajuda para entender os pedidos ou exigências. Responde que identificaria e puniria os culpados, qualquer indenização devida caberia ao Governo Central, e rejeita o desagravo à bandeira inglesa por não admitir a humilhação de hastear a Bandeira brasileira em todas as fortalezas abaixo da inglesa e não aceita a homenagem requerida de saudação com 21 tiros de canhão.

Aproxima-se o epílogo. Angelim seria o último cabano no poder. Estamos em 1836, Feijó, na abertura do Parlamento, diz: “Por bem ou por mal a cidade de Belém será arrancada às feras que a dominam”. O Governo Imperial decide nomear novo presidente da Província, o brigadeiro Francisco Soares de Andrea, português, tirano calejado de tarefas semelhantes em outras paragens, com a missão específica de “pacificar”.

Alguns autores citam relatos feitos por um tenente José Leal, das tropas legalistas, segundo o qual a soldadesca trazida como exército por Andrea, além dos elementos regulares, incluía criminosos saídos das prisões do Rio, Bahia e Pernambuco, condenados de gravidade maior ou menor, e mesmo presos não sentenciados.

Com Andrea, vinham seis embarcações de guerra e barcos mercantes. Entre seus oficiais, estava o tenente Francisco Barroso da Silva, comandante de um brigue, que, mais tarde, almirante, foi herói nacional. Também o tenente Manoel Marques Lisboa, depois marquês de Tamandaré.

Andrea enfrentou os cabanos e não conseguiu anulá-los.

A diferença de forças é altamente desfavorável, contudo, Angelim reconheceu a terrível situação. Em troca de correspondência com Andrea tentou organizar e proteger a inevitável retirada. Além do português comandante da repressão, Angelim tinha de enfrentar seus próprios correligionários recalcitrantes. Valeu-se do bispo dom Romualdo Coelho que o havia auxiliado em outras ocasiões.

Reuniu-se com seus cabanos, na Praça da Sé e pediu a dom Romualdo que os convencesse à retirada, com discurso entre político e religioso. Só assim conseguiu seu objetivo. Os cabanos deixaram Belém, o movimento, porém, não se extinguiu.

Andrea dedicou-se à caça dos cabanos, ao seu extermínio e à captura de Angelim. Os legalistas pacificadores foram cruéis. Existe registro do uso de colares feitos com as orelhas dos inimigos, costume herdado dos tempos de colônia. Os cabanos não chegaram a tais extremos, eram vistos como “gentalha, crápulas, massas brutas” nas palavras de Evaristo da Veiga que traduzem a opinião do Rio de Janeiro e outros centros sulinos. Não faziam revolução com champagne, mas não se dedicavam a crueldades como os legalistas. O general português se lançava atrás deles, numa caçada enfurecida, e genocida.

IV

Surge em nossa narrativa uma palavra estranha: Equipiranga. Ao redor de um forte primitivo, na margem sul do Amazonas, perto de Santarém, assentou-se um acampamento de rebeldes que se intitulavam Força dos Brasileiros Reunidos. Tiveram enorme relevância principalmente após a queda de Belém. Seus líderes vieram dos

quadros da Guarda-Nacional; para uns, eram traidores, para outros, eram patriotas em defesa da sua terra.

Sobressai Miguel Apolinário, o chefe Magarajuba, assim chamado por ser como a madeira empregada nas construções, duro, forte e firme. Liderava e fazia-se respeitar pelos subordinados. Dava-se politicamente bem com Angelim. Morreu no combate, em Manaus. Assumem outros o comando. Seu exército, porém, manteve-se coeso, continuava a identificar-se com uma cruz em seus chapéus de palha e suas poucas roupas pintadas com a fruta murici.

A revolução muda de figura. É no interior, como guerrilha, que os cabanos resistem. No meio da floresta e pelos igarapés, a resistência continua em deslocamentos permanentes de pequenos grupos. Destemidos, perdiam aqui e passavam para mais adiante sempre na luta, perseguidos pelas tropas obstinadas de Andrea.

Pelas águas, pelas matas, espalharam-se por toda a região, encostando nos países vizinhos.

Foi em Luseia, atual Maués, no Estado do Amazonas, que, em março de 1840, caiu o último cabano. Tinham morrido 30 mil e mandados ao desterro 1 mil. A população do Grão-Pará era cerca de 120 mil no início da revolução, recordo. Isto quer dizer que, projetada a proporção para as condições da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, significaria assombroso genocídio.

Veio depois a anistia por decisão imperial, mas os principais líderes sobreviventes, sofreram um exílio de mais de 10 anos no Rio de Janeiro e em Fernando de Noronha.

Que conseguiram os cabanos?

- Manter a Amazônia brasileira resistindo a conselhos, sugestões e propostas de separação, sob tutela estrangeira.
- Mostrar às sociedades do Sul que o Norte existe e importa.
- Contrariar os versos parnasianos do poeta menor Duque Estrada e provar que o povo não está “deitado eternamente em berço esplêndido”, pois quando oprimido e agredido, levanta-se, e de pé defende esse mesmo berço esplêndido.

Autorizado pela conselheira Mary del Priore, leio suas palavras que encontro no prefácio do livro *Os Senhores dos Rios*:

“Urge fazermos e valorizarmos a história local para não continuarmos estrangeiros ao nosso passado, esquecidos das nossas origens e obstinados pela vontade de sermos inovadores pela cópia e tradução de métodos estrangeiros. Mais de 500 anos depois, redescobrir o Brasil, não. Descobrir os Brasis, sim. E para começar fazendo-o nas canoas dos senhores dos rios”.

Relevem-me imprecisões e omissões. Não sou historiador, sou paraense. Nesta condição, narro-lhes fatos que, por seu vigor, marcaram o tempo, a floresta, as águas, as gentes, a vida da Amazônia.

Concluo como iniciei, com Batista Campos:

“Sem rei existe povo.
Sem povo não há Nação.”

Livros de apoio

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

———. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Belém: [s. n.], 1839.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1963. 2 v.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem, a Revolução Popular da Amazônia*. Belém: Cejupe, 1986.

FREITAS, Décio. *A Miserável Revolução das Classes Infames*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia*. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

PALHETA, Aercio. *A Revolução dos Cabanos*. Belém: Editora Amazônia, 2009.

PRIORE, Mary Del. Império. In: *Histórias da Gente Brasileira*. Rio de Janeiro: Leya, 2016. v. 2.

———; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 2 v.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem, epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. 2 v.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejupe, 1992.

———. *O negro no Pará*. Belém: FGV, Universidade Federal do Pará, 1971.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria do Belém do Grão-Pará*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Imagens Fotográficas

PIFFER, Marcos; FURLAN, Sueli Angelo. *Amazônia, Petrolina, Pernambuco*. Produtora Camarinha de Arte e Cultura, 2017.

Ilustrações

Aquarela de Alfredo Norfini: *Cabano paraense*.

A natureza comercial e o nascimento do comércio, a partir da colônia

Cid Heraclito de Queiroz

Advogado; ex-Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Natureza Comercial

A partir do crescimento comercial da colônia, que até este momento ainda era a sede do Império Português fustigado pelas tropas napoleônicas, historicamente se transformou no elemento essencial do crescimento e desenvolvimento do Brasil, não apenas porque aumentou o movimento portuário, mas, também, porque o volume de movimentação comercial e de negociação de mercadorias rompeu as fronteiras da serra do mar e provocou a abertura do mais significativo dos fenômenos do período regencial: a abertura de novas estradas que levaram as mercadorias aportadas no Rio de Janeiro para o interior e trouxeram a produção dos campos gerais e a produção aurífera e mineral para o litoral. A necessidade de alimentos levou a um crescimento muito grande da produção em várias regiões, assim, por exemplo, no ano de 1806, antes mesmo da chegada da Corte, o prenúncio de que a colônia era economicamente viável quando o Vale do Paraíba, em São Paulo, enviou oito mil cabeças de gado para o abate no Rio de Janeiro. Imediatamente após à instalação do Príncipe Regente, em 1810, este número já havia saltado para cerca de quatorze milhões de cabeças.

O Nascimento do Comércio

As providências de natureza comercial, basicamente, se concentram em atos regulatórios da atividade comercial com as nações amigas, considerando que a Colônia estava absolutamente sujeita ao controle comercial metropolitano. A mais importante destas providências foi a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 que abre os portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro com exceção dos gêneros estancados. A Carta Régia de abertura dos Portos tem a seguinte redação introdutória:

“Conde da Ponte, do meu conselho, governador e capitão general da capitania da Bahia. Amigo. Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como aquele que amo. Atendendo à representação, que fizestes subir à minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta capitania, com grave prejuízo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa, e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes materiais, o seguinte. Primeiro: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24%, a saber: 20 de direitos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos, porque até o presente se regulam cada uma das

ditas Alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nela satisfaziam. Segundo: que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que bem lhes parecer (...).”

Na verdade, a abertura foi mais uma redução de tarifas do que propriamente uma liberação dos portos, exatamente porque navios estrangeiros podiam aportar no Brasil, mas o imposto de importação era de 48%. Imediatamente após a assinatura da Carta estava o Príncipe Regente, na verdade, acabando com três séculos de monopólio Português, abrindo a Colônia para a diversificação econômica e viabilizando um mercado interno mais robusto. A fragilidade econômica com a abertura dos portos converteu-se numa alternativa de progresso tendo se destacado na implementação da ideia José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, precursor do pensamento econômico brasileiro, tendo sobre este tema feito grandes pronunciamentos no Senado, após o Brasil independente. A sua influência sobre D. João, Regente ou Imperador, era muito grande, o que permitiu que esta iniciativa se convertesse na grande arrancada econômica e em um volume significativo de negócio com a Grã-Bretanha, principalmente, a partir de 1810. Nos documentos abaixo citados vê-se a posição privilegiada da Inglaterra, cuja tarifa alfandegária cobrada sobre seus produtos era de 15%, mais baixa que a taxa paga pelos portugueses que era de 16% e bem mais baixa que aquela paga por outros países que era de 24%.

Por outro lado, na linha de garantia as atividades comerciais foram implementadas as de atividade de seguro, sendo que, dentre elas, podemos destacar o Decreto de 24 de fevereiro de 1808 que autorizou o estabelecimento da Companhia de Seguros – Boa Fé, sendo

que a Carta Régia, de 9 de junho de 1808 resolve as dúvidas sobre as disposições que regerão a Companhia de Seguros – Boa Fé, estabelecida na capitania da Bahia. Ainda na linha de expansão comercial, a Carta Régia de 28 de julho de 1808 criou o imposto de 600 réis por arroba de algodão de exportação. Neste mesmo contexto, na linha de se viabilizar as providências comerciais, o Alvará de 23 de agosto de 1808 cria o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação e Decisão de 2 de setembro de 1808 isenta o Gado Vaccum dos direitos de entrada nos registros, assim como, Decisão de 3 de dezembro de 1808 manda continuar a cobrar-se o imposto denominado – da Casa Doadada do Gado Vaccum para transitar pelo registro da coritiba, sendo também que a decisão de 23 de dezembro de 1808 isenta do recrutamento os condutores de Gado. Carta Régia de 15 de setembro de 1809 manda abolir o imposto sobre o Gado Vaccum e Cavalariá arrecadado no registro de Sorocaba.

É muito importante, nesta dimensão de abertura comercial, o Decreto de 7 de setembro de 1808 que dá plenos poderes a D. Rodrigo de Souza Coutinho para ajustar um Tratado de Aliança e Comércio com a Grã-Bretanha. Nesta linha, o Decreto de 20 de outubro de 1808 declara os direitos que devem pagar os gêneros denominados molhados da produção de Portugal e Ilhas. O Decreto de 10 de novembro de 1808, acompanhando o que fora feito na área dos hospitais militares, dá várias providências sobre os boticários e a respeito do preço das drogas. Por outro lado, o intenso movimento de navios estrangeiros que aportavam às costas brasileiras provocou a edição do Decreto de 10 de novembro de 1808, que cria um intérprete para as visitas dos navios estrangeiros, em efetiva demonstração do aumento da movimentação portuária. Assim como, Decisão de 1º de agosto de 1808, regula o despacho de navios portugueses e estrangeiros que frequentam os portos do Brasil.

Por outro lado, Decisão de 2 de novembro de 1808, explica o despacho de baldeação concedida às mercadorias inglesas, assim como Decisão de 8 de novembro de 1808 aprova o regulamento provisional para o troco do ouro em pó na Capitania de Minas Gerais.

Finalmente, a Carta Régia de 2 de janeiro de 1809 dá instruções aos governadores de Portugal e dos Algarves sobre os negócios daqueles reinos, da seguinte forma: Governadores do Reino de Portugal e dos Algarves, Amigos. Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como aqueles que amo e prezo. Havendo, por decreto da ata desta, confirmado e ratificado a vossa nomeação, é justo que vos mostre toda a confiança, que me mereceis, e que de vós faço prescrevendo-vos mui circunstanciadamente as obrigações de que foi servido encarregar-vos, e mostrando-vos o muito que espero dos vossos bons serviços, nas críticas e difíceis circunstâncias, em que se acha essa tão interessante parte dos meus vastos Estados, e toda a extensão dos vossos deveres. Depois da criação e restauração do vosso Governo, tendo cessado todas as juntas, que se levantaram no Reino, e que tão meritoriamente se distinguiram à porfia na salvação e restauração do mesmo, particularmente as do Porto de Algarves era vosso cuidado, e primeiro dever, não só dirigir aos Presidentes que foram das mesmas Juntas as minhas Cartas Régias, que ora lhes remeto, mas ainda agradecer no meu real nome e individualmente a cada um dos membros, os serviços e lealdade que me mostraram, e a minha real Coroa, e segurar-lhe que não só me proponho fazer-lhe mercês, mas jamais me esquecerei dos gloriosos serviços que me fizeram e de que resultou a feliz restauração do meu Governo e do Reino, ordenando-vos também que sobre tal matéria me consulteis o que julgares que eu possa fazer logo, a favor dos membros, que mais se distinguiram. Decreto de 28 de janeiro de 1809, declara isenta dos direitos de importação as mercadorias estrangeiras vindas dos

portos de Lisboa e Porto que aí tiverem pago o referido imposto. Alvará de 14 de agosto de 1809 cria um cargo de superintendente dos contrabandos e um fiscal da Real Junta do Comércio.

Natureza Financeira

Introdução

O mais destacado evento de natureza financeira na história do Brasil da Regência foi a efetiva criação do Banco do Brasil, muito embora devamos levar em consideração que o Banco do Brasil, nascido como Banco Nacional, não marcou efetivamente a história da consolidação monetária e financeira do país, mas representou um forte flanco de formação econômica, onde teve especial destaque a figura de João Duarte Lisboa Serra, que ainda em 1808 presidiu a primeira agência do Banco do Brasil, ao que tudo indica, nascido com o nome de Banco Nacional. Vários são os estudiosos brasileiros que se dedicaram a este tema, dentre eles, à época, o Visconde de Cairú e, mais recentemente, Caio Prado Junior no seu recente livro *História Econômica do Brasil*. Destaque-se, entretanto, que nestes primeiros anos – e quem sabe esta tenha sido uma das dificuldades de institucionalização do Banco do Brasil – era patente a diversidade das moedas em circulação, o que obrigou o Reino a tomar sucessivas iniciativas para a sua uniformização.

O frágil quadro financeiro

Muitas foram as providências de natureza financeira, sendo que Decisão de 23 de março de 1808 ordena à junta da Fazenda no Rio de Janeiro que continue a exercer as suas atribuições até que se verifique a criação do Real Erário do Brasil. Por outro lado, Decisão de 2 de

abril de 1808 manda que o ouro em barra não gire como moeda, mas seja levado à Casa da Moeda para ser amoedado. Segue-se a essa decisão aquela de 5 de abril de 1808, que dá instruções para o troco ou câmbio das barras de ouro. Decreto de 3 de novembro de 1809 nomeia diretores para o exame e exploração dos terrenos auríferos da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Carta Régia de 13 de novembro de 1809 cria uma junta de gratificação dos diamantes na Vila de Cuiabá da Capitania de Mato Grosso e dá-lhe regimento provisional.

A primeira providência relativa à ordem financeira é o Alvará de 1º de setembro de 1808 que ordena circule em todas as capitanias do interior as moedas de ouro, prata e cobre que correm na beira-mar e proíbe o curso do ouro em pó, como moeda. O Decreto de 2 de setembro de 1808 dispõe que aceita o empréstimo oferecido por Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha, assim como, seguidamente, o Decreto de 5 de setembro de 1808 estabelece, no Real Erário, a Diretoria e Administração da extração diamantina e, ainda, na mesma data autoriza o desconto dos bilhetes dos assinantes das Alfândegas; e Decisão de 11 de outubro de 1808 manda continuar de isentar de direito de entrada nas Alfândegas as Fazendas das Fábricas do Reino de Portugal. A Decisão de 29 de julho de 1808 manda que no Real Erário se observem as disposições dos decretos e instruções (anexas) expedidas para a tomada das contas dos exatores da Fazenda Real e assistenciais dos empregados do Real Erário de Lisboa.

O Alvará de 12 de outubro de 1808 manda que circulem na capitania de Minas Gerais os pesos espanhóis depois marcados e dá provimento sobre a troca do ouro em pó. Por outro lado, o Decreto de 12 de outubro de 1808 cria um Banco Nacional nesta Capital do Rio de Janeiro, ao que parece, mais tarde denominado Banco do Brasil, dado que a

Carta Régia de 23 de janeiro de 1809 recomenda aos governadores e capitães gerais a concorrência de acionistas para o Banco do Brasil, e em 20 de janeiro de 1809 nomeia os diretores e deputados do Banco do Brasil. O Banco não representou uma história de sucesso, mas ele funcionava como gerenciador de depósitos e, principalmente, como Casa da Moeda, muito embora, deva-se destacar que o dinheiro emitido não tinha lastro, e sim prestava-se a financiar os gastos do Governo e da Corte. Decreto de 21 de outubro de 1808 refere-se ao trabalho da Casa da Moeda, muito embora não se tenha localizado o Decreto que a tenha criado.

Resolução da consulta do Conselho da Fazenda, de 30 de dezembro de 1808, declara as formalidades com que se deve fazer a arrematação do imposto de miunças. Alvará de 20 de novembro de 1809 manda cunhar moeda provincial de prata no valor de 960 réis.

Vale dizer:

Esta situação provocou sucessivos empréstimos, não apenas a bancos estrangeiros, como também a particulares, o que demonstra que desde os seus primeiros tempos a Colônia curvou-se a uma grande dependência financeira dos ingleses e também de potentados pessoais financeiros.

A Corte Portuguesa no Brasil e o Movimento da Independência:

Curioso é que não há como dissociar a histórica instalação da Corte Portuguesa no Brasil do movimento de Independência, paradoxalmente, liderado pelo filho do próprio Rei D. João VI, D. Pedro I. Por outro lado, é também interessante observar que a pressão inglesa em Portugal encaminha o país para a edição de uma Constituição liberal, que chegou a ser formatada em 1821 e conhecida como Constituição do Porto, não exatamente conforme a expectativa dos conservadores. De qualquer

forma, deve-se ressaltar que os documentos preliminares que deram origem ao constitucionalismo português, que levou à promulgação da Constituição Portuguesa de 26 de fevereiro de 1821, foram preparados no Brasil, até aquele momento, a sede do Reino Brasil, Portugal e Algarves. O estudo deste tema está ainda muito precário na historiografia brasileira e portuguesa, mas, de qualquer forma, demonstra que os dois países evoluíam, semelhantemente, nas suas expectativas, tanto é que, feito Imperador do Brasil, D. Pedro I convocou uma Constituinte que, devido à sua evolução liberal, por ele foi interrompida, e, mais tarde, ele próprio viesse a outorgar a Constituição de 1824.

E é interessante notar que esse líder da Independência ao se sagrar Imperador do Brasil exibiu um efetivo contraste à figura quase lendária que provocou a vinda da Corte Portuguesa para a terra brasileira: – o Imperador Napoleão Bonaparte, que ele a tomava como protótipo da figura histórica moderna.

Isso porque o contraste dos tempos finais de D. João VI no Brasil – fugitivo da perseguição napoleônica na Europa – demonstra que o tempo pode reverter o papel dos personagens e certificar que a história é um movimento de mudanças e de reconstrução, e que o homem político pode se converter na contracena dos ideais representados no passado histórico.

Tanto assim é que D. João VI “sobreviveu como Monarca enquanto seus equivalentes em toda a Europa eram destronados e humilhados por Napoleão”.

Razão acentuada têm alguns pesquisadores ao reconhecer que D. João “não era nenhum gênio, mas tampouco era o bobalhão retratado na propaganda antimonarquista”.

Fontes Consultadas

COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Globo Livros, 2007. 414 p.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio - 1827/2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Quorum Editora, 2007. 558 p. ISBN 978-85-6111-300-1.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Futuro à distância

Agnaldo Niskier

da Academia Brasileira de Letras e do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

O uso de inovações tecnológicas no ensino foi acelerado pela pandemia do novo coronavírus. Trouxe, a reboque, o reforço da valorização de habilidades essencialmente humanas, que (ainda) não foram substituídas pela máquina: criatividade, empatia, liderança e empreendedorismo, entre outras competências tão importantes para o profissional desse “novo” normal.

As tendências para o futuro tornarão a educação onipresente, com o modelo convencional atuando junto com a formação *on-line*, praticada nos cursos de EAD. Boa parte das escolas vai caber nos dispositivos móveis, tornando possível respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Caberá ao professor de amanhã o papel de curador, escolhendo os conteúdos, os meios e fazendo a conexão entre eles.

A modalidade da educação à distância não é nova. Há registros do século passado, mostrando sua aplicação em países desenvolvidos. Aqui no Brasil é que as coisas sempre foram lentas. Ainda hoje se questiona o seu emprego, por uma justificativa altamente discutível: o medo da pilantragem.

Os problemas para a incorporação da tecnologia pela escola brasileira incluem muitas falhas na infraestrutura, além da formação docente. Um dos tradicionais obstáculos à realização dos programas pensados é a escassez de recursos financeiros. Há um discurso na praça, afirmando que não é esse o maior dos nossos problemas. O que pesa no processo é a falta de qualidade operacional. Cita-se como maior exemplo, no caso do magistério, o fato comprovado de que melhores salários não são determinantes de uma grande mudança. Se os salários fossem dobrados, nem por isso a qualidade seria estabelecida de imediato. Isso depende de uma série de fatores, alguns até bastante complexos.

Hoje, os investimentos na função educação alcançam 6,3% do Produto Interno Bruto. Deveriam chegar a 10% em escala nos anos seguintes. São recursos dignos de países industrializados, mas o que nos impacienta é que não se sente um adequado planejamento sobre o que vem por aí.

Qual o milagre que se espera para acabar com os 13 milhões de analfabetos adultos hoje existentes? O que fazer para que a educação infantil deixe de ser prioritária só nos discursos e passem a existir as creches tantas vezes prometidas? O ritmo de trabalho do que temos visto não nos deixa nada otimistas.

Enquanto o número de matriculados em cursos presenciais de formação de professores no Brasil se manteve estável nos últimos 5 anos, as matrículas nos cursos à distância cresceram em ritmo acelerado. Um em cada três alunos de graduação na área de educação faz o curso remoto, de acordo com dados do governo. Em pedagogia, especificamente, a taxa é maior: metade dos estudantes está matriculada em cursos à distância. As informações são do último censo do Ensino Superior disponível.

A procura por cursos de formação de docentes à distância foi estimulada por lei. Há mais de 20 anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tornou obrigatória a formação em Ensino Superior para professores da Educação Básica. Como muitos docentes já davam aula sem diploma universitário, o curso remoto acabou sendo uma boa opção – a maioria dos alunos de cursos à distância no Brasil trabalha e estuda ao mesmo tempo.

A oficialização da EAD enseja dois tipos de receio: a) a falta de cuidado no credenciamento das instituições; b) o facilitário na concessão de diplomas. São preocupações que não devem inibir o processo. Não podemos admitir que sejamos definitivamente incapazes de levar a sério esse tipo de experiência pedagógica ou qualquer outro.

Ao longo da história a escola foi adaptando-se às novas tecnologias. Num primeiro momento a educação formal era baseada em aulas expositivas, com o enfoque no discurso do professor. Atualmente, temos diversas mídias educacionais. O grande desafio é saber utilizá-las de modo eficiente e permitir que elas contribuam com as práticas pedagógicas.

Estamos vivendo em pleno mundo digital, trabalhando com cidadãos digitais. Embora ainda existam bolsões de pobreza, a verdade é que, de 20 anos para cá, a internet comercial é uma realidade, hoje com cerca de três bilhões de navegantes. Ter um celular passou a ser um direito humano para cerca de 5,2 bilhões de pessoas, que representam três quartos do mundo.

Escola portátil, conteúdos personalizados, aulas virtuais: o futuro da (nova) educação está bem delineado. Para fazer a tecnologia melhorar o ensino, falta viabilizar as velhas questões trazidas pelo passado, como infraestrutura, formação de professores e verba.

O Brasil tem um sistema de formação de professores que precisa de alterações profundas. Há, nas universidades brasileiras, um compromisso reduzido com a formação de docentes para a Educação Básica.

Temos 280 mil professores universitários e o total de doutores não passa de 20% desse número. Deve-se abrir caminho para a EAD, que poderia ser fundamental nesse processo de conhecimento novo.

Segundo um recente levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na última década, em comparação com estudantes de 65 nacionalidades, ninguém avançou tanto em sala de aula quanto os chilenos. O mérito do Chile foi aplicar com disciplina e persistência iniciativas de eficácia já testadas, com sucesso, em países desenvolvidos. Elas só funcionaram porque permaneceram de pé ao longo de duas décadas ininterruptas – a salvo de trocas de poder, ideologias e ingerências políticas que costumam provocar retrocessos na área.

O abandono escolar é uma realidade brasileira, embora o governo tenha estimulado a valorização da escola por intermédio de ambiciosos projetos sociais, como o Bolsa Família, que contemplou 13,8 milhões de famílias, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas. E mais recentemente o chamado Auxílio Emergencial.

Futuro Híbrido

Na educação, o futuro é híbrido. Se pessoas e máquinas trabalharem em convergência, o capital humano nunca perderá importância. A máquina pode muito, mas não pode tudo. Milhões de estudantes, com a existência da pandemia, fizeram a migração das aulas presenciais para as remotas, mantendo, do jeito que era possível. Haverá o retorno às

salas de aula, com uma consciência mais ampla de que sempre teremos um humano por trás das aplicações das novas tecnologias, construindo o planejamento de um futuro amplificado.

Frente às demandas do mercado, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam formar profissionais sintonizados com esse novo mundo. Para se manter relevantes no mundo pós-pandemia, as IES terão que adaptar seus currículos para as novas tecnologias, de forma a não perder a oportunidade de navegar nas ondas do futuro, que chegou mais cedo do que se esperava.

Para ajudar as IES, a ABMES e a Microsoft firmaram parceria para a adoção de currículos de Inteligência Artificial na graduação. Dezesete instituições aderiram ao projeto, e outras estão a caminho, mostrando o interesse crescente em aproximar o mundo acadêmico do mundo tecnológico. Antes disso, porém, as instituições precisam sobreviver.

Em recente conferência realizada no país, o sociólogo português António Nóvoa, reitor honorário da Universidade de Lisboa, defendeu a criação de um “lugar institucional” que assumisse a responsabilidade de formar professores. Nesse “lugar” deveria haver uma forte presença das escolas e dos professores, permitindo que os estudantes das licenciaturas se socializassem, desde o primeiro ano, adquirindo uma cultura profissional docente.

A formação continuada se faz, dentro da profissão, através de reflexões sobre a experiência e o trabalho docente, procurando as melhores soluções e caminhos para a educação dos alunos. Cursos, seminários e palestras têm as funções de convívio e contato com ideias e autores, mas não são satisfatórios como formação continuada. É preciso cooperação, reflexão e pesquisa constantes sobre o trabalho docente.

O filósofo francês Michel Serres (1930-), autor de mais 60 livros publicados ao longo de 50 anos de trabalho, destaca a diferença, em língua francesa, entre educar (*éduquer*) e instruir (*instruire*). Instruir é dar a informação sobre um conhecimento. Trata-se de ciência, de transmissão de conhecimentos, como a matemática, a gramática etc. Obviamente, isso não é educar. Educar é formar uma pessoa, em seu sentido mais amplo. Em toda educação há a instrução, de alguma forma.

Serres chama a atenção para a Era Digital como a terceira revolução na história da Humanidade. A primeira foi a escrita. A segunda, o livro. A terceira, o digital. É preciso estar atento, não somente aos novos lançamentos da parafernália tecnológica, mas, principalmente, às mudanças que o digital provoca na forma como as crianças pensam, como usam o cérebro, como acessam o conhecimento, como se relacionam e como se comunicam. Essas mudanças trazem uma verdadeira revolução na aprendizagem e, obviamente, na escola.

É essencial compreender a importância dessas transformações. O acesso à informação é hoje imediato, fácil e disponível a todo mundo pelas novas tecnologias. É possível que estejamos, pela primeira vez, na história da escola, perante uma “revolução de baixo”. Até hoje, as mudanças foram sempre pensadas a partir “de cima”, pelos reformadores, pelos políticos, pelos pedagogos. Agora, a revolução se impõe “de baixo”, pela forma como as crianças pensam e acessam o conhecimento. Elas estão nos obrigando a mudar as escolas e a própria educação.

Investimentos

É lamentável que, em nosso país, ainda faltem investimentos na qualificação de professores. Faltam também laboratórios e bibliotecas. O Brasil tem cerca de 200 mil escolas, a maioria sem bibliotecas e labora-

tórios compatíveis. Diante disso, como oferecer aos nossos educandos a possibilidade de uma educação de qualidade? É essencial corrigir essas falhas. As sociedades mais bem-sucedidas economicamente e as que alcançaram os graus mais elevados de bem-estar são as que mais dominam as várias áreas do saber. A questão da Educação é estratégica para atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos como Nação.

Na verdade, a educação à distância ganhou força no Brasil, justamente por causa da necessidade de formação dos professores. Com o tempo, os cursos à distância foram se expandindo para além das licenciaturas. O número de matrículas em cursos na área de educação à distância cresceu 26,71% nos últimos 5 anos. Já os presenciais de formação de docentes tiveram aumento de 0,12%. Ainda estamos atrasados.

Há experiências isoladas que merecem todo crédito, como o curso de especialização à distância que se desenvolve na cátedra da Unesco existente na Universidade de Brasília. A Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio da sua Faculdade de Engenharia, desenvolve um inteligente projeto de EAD, que, por sua seriedade, recebeu aplausos e incentivos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Há outros experimentos em instituições universitárias ainda não credenciadas pelo CNE (como manda a lei). Em todos eles, pelo que se sabe, existe a preocupação com a garantia de qualidade, sem o quê não há como fazer prosperar esse imenso potencial de atendimento, num país com as nossas incríveis dimensões.

Deve-se louvar igualmente o pioneirismo da Universidade Virtual criada pela Faculdade Carioca do Rio de Janeiro, sob a inspiração do professor Celso Niskier. É dele também a autoria da primeira deliberação oficial de criação de cursos à distância, numa decisão do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

O que se pode, desde logo, assegurar é que avançamos tecnologicamente em termos de *hardware*. Satélites, parabólicas, computadores, ilhas de edição totalmente digitalizadas, canais exclusivos para educação – enfim, sob esse aspecto, não há dúvida que se pode contar com imensa e rica parafernália eletrônica.

Onde ainda existe grande precariedade é na engenharia de *software*, ou seja, na indispensável produção de programas. Somos corajosos para comprar equipamentos dignos do Primeiro Mundo, mas os salários pagos aos nossos professores e especialistas, em geral, ainda não passam do Terceiro Mundo.

Enquanto isso, no mundo caracterizado pela sociedade pós-industrializada, desdobram-se projetos de sucesso, alguns dos quais são oferecidos ao Brasil numa tentativa de conquista do mercado, de imensas virtualidades.

A Universidade de Harvard realiza programas com a Argentina; a Universidade de Michigan, que procurou o Brasil para a feitura de um MBA, está com os seus tentáculos estendidos a Hong Kong, Japão, Tailândia e outros tigres asiáticos, num fenômeno de expansão que justifica os temores da globalização cultural; o mesmo faz a Universidade da Pennsylvania, por intermédio da sua notável e bem-sucedida Wharton School, onde estivemos por quatro vezes para estudar a problemática da previdência complementar. Hoje, os seus programas são oferecidos ao Brasil, de forma indireta, utilizando os mecanismos da educação à distância e, mais particularmente, o potencial dos satélites domésticos de telecomunicações.

Grupo de Trabalho

Para a implantação de um Sistema Nacional de Ensino Superior Aberto e à Distância contribui decisivamente a existência de um amplo parque

editorial, de inúmeras emissoras de rádio (mais de três mil) e de televisão, além de uma excelente rede de comunicação postal, telefônica e via satélite. Não foi por outra razão que o Congresso Nacional recebeu, em 1972, o primeiro Projeto de Lei, criando a Universidade Aberta, o que se repetiu em 1987. Só em 2006 ela começou a funcionar – e de modo precário.

Os ministros Hugo Napoleão (28-02-1988 a 17-01-1989) e Carlos Sant’Anna (17-01-1989 a 15-03-1990) criaram Grupos de Trabalho para estudar a educação aberta e à distância, entendida como moderna modalidade, capaz de revolucionar a nossa política de recursos humanos. Alguns experimentos chegaram a ser financiados pelo MEC, em 1989, como o Programa de Educação Continuada para Professores de Matemática e Ciências do primeiro grau (Funbec), formação de especialistas em educação à distância (Universidade de Brasília), criação do Centro de Educação à Distância da UERJ, projeto vitória-régia (Secretaria de Educação do Amazonas), materiais para rádio e televisão (IRDEB) etc.

Como sempre acontece, não houve continuidade, embora do Grupo de Trabalho fizesse parte um representante do Conselho Federal de Educação e outro do INEP, instituições aparentemente não perecíveis (o CFE trocou de nome).

A título histórico, registramos os nomes constantes da Portaria Ministerial n. 418, de 10 de novembro de 1988, assinada pelo ministro-interino Luiz Bandeira da Rocha Filho, com Arnaldo Niskier, Terezinha Maria Abranches Felix Cardoso, Maria de Lourdes Marques Bittencourt, Anna Rosa Bogliolo de Siqueira, Jane Maria Fantinelli Tomasini, Inês Bettoni e Marly Gonet Mourão Branco.

Este Grupo de Trabalho, por nós coordenado, concluiu documento intitulado “Por uma Política Nacional de Educação Aberta e à Dis-

tância”, em fevereiro de 1989, em que foram estabelecidas estratégias de implantação, acompanhamento e avaliação, de que se pode extrair o seguinte resumo:

“Proceder ao levantamento da demanda real de necessidades, a ser atendida pela metodologia de EAD; promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas; ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar também vídeos, disquetes e outros materiais; incentivar a produção de programas locais de rádio e televisão; apoiar técnica e financeiramente programas e projetos de EAD promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação de programas e projetos da EAD; aproveitar a infraestrutura de instituições de ensino de Nível Médio e Superior, para torná-las centros de EAD regionais e/ou estaduais; incluir a metodologia da EAD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação; oferecer, nas universidades, cursos de especialização em educação à distância; oferecer cursos de especialização para professores e outros profissionais de Ensino Superior, em face da carência de recursos humanos com titulação adequada e formalmente exigida etc.”

O que se lamenta é o “embargo de gaveta” sofrido pelo estudo mencionado, que custou muitas horas de reuniões e experiência transmitida, sem que na prática fosse colocado em execução. Mas, quem sabe, criou um clima favorável ao seu desencadeamento agora?

Que somos um grande mercado, não há dúvida. Que sofremos um atraso crônico na apropriação de tais ideias, menos dúvida ainda. Cabe

ao Ministério da Educação o natural papel de liderança, para acelerar o emprego na modalidade e, a nosso ver, não apenas no prioritário campo da capacitação e aperfeiçoamento de professores, mas em outras áreas igualmente importantes do nosso processo de crescimento. Se optar pelo financiamento a projetos, que se faça a cobrança imperiosa da “qualidade”, assim justificando o investimento público numa área de relevo estratégico para o país. O que nos anima é o despertar da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um consórcio de universidades oficiais empenhadas nessa modalidade.

Para que o tema ganhe continuidade, é importante que sejam levados em consideração os itens que propusemos ao Conselho Nacional de Educação através da Indicação n. 6/96, em que se previa a criação de um Sistema Nacional de Educação Aberta e à Distância; antes, é de nossa autoria a Indicação n. 1/86, do Conselho Federal de Educação, sobre Informática na Educação. Um documento pioneiro, com algumas sugestões importantes:

01 – Estabelecer a Política Nacional de Educação Aberta e à Distância, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, integrando o Plano Nacional de Educação.

02 – Estimular a experiência da Universidade Virtual, com a oferta ilimitada de cursos não-presenciais e a ampla utilização de endereços eletrônicos.

03 – Integrar os esforços das redes nacionais de rádio e televisão educativa, a fim de dar suporte aos projetos de treinamento de capacitação de profissionais, nos níveis Médio e Superior.

04 – Criar a primeira experiência-piloto na área do magistério, qualificando professores e especialistas, com ênfase no emprego da informática na educação.

05 – Treinar profissionais de multimídia (roteiristas, engenheiros de *software*, produtores visuais, animadores, produtores de vídeo, fotógrafos, locutores, dubladores etc, todos eles constituindo o que hoje chamamos de profissionais de *newmedia*).

06 – Orientar a produção de *softwares* educativos no país, para distribuição nas escolas públicas, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade do ensino (ênfase na Educação Básica).

07 – Elaborar uma estratégia nacional para o ensino por correspondência, baseada nos princípios da educação continuada e em perfeita consonância com a realidade brasileira, preservada a qualidade dos serviços a serem prestados.

08 – Promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas.

09 – Ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar também vídeos, disquetes e outros materiais.

10 – Incentivar a produção de programas locais de rádio e televisão.

11 – Apoiar técnica e financeiramente programas e projetos de EAD, promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

12 – Aproveitar a infraestrutura de Instituições de Ensino de Nível Médio e Superior para torná-las centros de EAD regionais e/ou estaduais.

13 – Incluir a modalidade de EAD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação.

Quarta revolução industrial

Sessenta por cento das profissões de 2019 ainda não existem. É preciso preparar os nossos jovens para esse mercado. O conhecimento é o maior insumo do século XXI. É ele que vai determinar o sucesso de um profissional. E o maior centro de distribuição de conhecimento continua sendo a escola.

Já se fala em quarta revolução industrial. São tecnologias capazes de integrar os domínios físicos, digitais e biológicos da vida humana. Essa revolução seria caracterizada pela difusão da internet móvel, o surgimento dos sensores menores, mais poderosos e mais baratos, e pela inteligência artificial e aprendizado da máquina. O professor deve atualizar-se nas tecnologias inovadoras e descobrir-se um facilitador do processo educacional, reinventando um conjunto de ações didático-pedagógicas.

Prevê-se a valorização do ensino técnico-profissional de que o país tanto carece. O Ensino Médio deve oferecer habilidades e competências aos alunos segundo suas escolhas pessoais – e de acordo com as variações do mercado. É o que faz com sucesso o Sistema S desde a década de 1950, com a boa tradição dos seus cursos profissionalizantes. Quando o assunto é tecnologia aplicada à educação, o SESI, o SENAI e o Senac são pioneiros na formação dos profissionais do futuro. Essas entidades colocam os jovens em contato com a tecnologia desde cedo e contribuem com a formação de adultos mais conectados à inovação. O SESI mantém aulas de robótica no currículo de 400 de suas escolas de Ensino Médio e Fundamental. Há 5 anos, organiza um torneio de Robótica para estudantes de 9 a 16 anos, de escolas públicas e particulares, desafiados a criar soluções inovadoras e construir robôs com peças de Lego.

Desafios

O mundo vive a dicotomia cruel: de um lado, altas tecnologias e, de outro, mão de obra de baixa qualificação (no caso da China, com salários baixos pagos aos trabalhadores, provocando uma competição perversa). O simples adestramento de trabalhadores não parece o ideal. Ele resolve questões de momento, com oportunismo, não levando a soluções duradouras.

A globalização da economia, muito boa para certos países, já nos trouxe problemas internos graves, como os que ocorrem na indústria naval, a indústria de brinquedos e a indústria têxtil. Apresenta-se uma perspectiva favorável para o Brasil em produtos agropecuários e produtos minerais (minério de ferro, bauxita e manganês).

Devemos levar a nossa política de recursos humanos a considerar todos esses fatos, na diversificação necessária. Sob esse aspecto, o papel do novo Ensino Médio é estratégico e essencial, podendo elevar a qualidade dos nossos produtos, valorizando a mão de obra indispensável e distribuindo melhor e de forma bem mais equitativa a renda nacional.

As mudanças de grande amplitude que caracterizam a sociedade contemporânea vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional. O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude brasileira.

Será possível vencer esse grande desafio, quando alcançarmos um efetivo empenho das autoridades, com professores e especialistas, numa escola renovada e com os equipamentos necessários, formados e dispostos, com uma remuneração compatível. Só assim poderá prevalecer, para o bem do país, o que vimos denominando de novo humanismo tecnológico. Como fecho, devemos exaltar a Escola Sesc de Ensino Médio, criada no Rio de Janeiro, para servir de modelo a outras mais que deverão existir.

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvêas
Ex-Ministro da Fazenda.

Avanços em 2020

Segundo o presidente da CNC, dr. José Roberto Tadros, o país teve, em 2019, um ano de desafios, que terminou melhor do que começou. No atual governo, não se ouve falar em corrupção, que era uma das principais preocupações da população.

No plano econômico, também temos avanços. Venho repetindo que o Brasil conseguiu a independência política de Portugal em 1822, mas não obstante isto, a verdadeira independência administrativa e tributária, nós estamos conseguindo só agora.

A Reforma Tributária terá um efeito até mais imediato do que a Reforma da Previdência. O Sistema Tributário brasileiro é oneroso, complexo, ineficiente e injusto. Além de reduzir a carga tributária sobre o setor produtivo, é necessária uma reforma que modernize o Sistema Tributário, reduzindo sua complexidade, eliminando distorções e aumentando a transparência. E essa deve ser uma agenda prioritária para 2020.

Teremos um ano melhor em 2020. A economia está reagindo, o ambiente econômico está mais positivo com a Reforma da Previdência e outras medidas aprovadas ao longo do ano. Com a continuidade desse processo de modernização administrativa e atualização legislativa, que tem contado com nosso decidido apoio, temos muito que avançar.

O Sistema CNC-Sesc-Senac seguirá trabalhando pelas empresas do setor terciário e pela população, buscando contribuir, de forma efetiva, para o desenvolvimento do país.

Comércio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) apresentou em janeiro de 2020 a quinta alta consecutiva, sendo o melhor resultado para esse mês desde 2013, e a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou seu melhor resultado para um mês de janeiro desde 2015.

Segundo avaliação do presidente da CNC, dr. José Roberto Tadros, “os resultados estão alinhados com uma melhora da percepção econômica e os indicadores medidos neste primeiro mês do ano traduzem uma recuperação gradual, impulsionados pela inflação baixa e redução nas taxas de juros”.

A economia em 2019

Dados IBC-Br do Banco Central confirmam a estimativa positiva do crescimento da economia brasileira em 2019; em outubro houve alta de 2,13% acima do mesmo mês de 2018 e projeções de algumas instituições financeiras apontam para o crescimento econômico de 1,2% no ano.

Em outubro, houve crescimento de 0,8% na produção industrial, 0,8% na de serviços, 0,8% nas vendas do varejo ampliado (incluindo veículos, autopeças e materiais de construção), segundo o IBGE. A produção da indústria teve a terceira alta mensal consecutiva, embora acumulando queda de 1,3% em 12 meses. A comparação dos dados de janeiro-outubro com os dados de um ano antes mostrou recuo de 1,1%.

As estimativas para 2020 andam em torno de 2,20%. Elevando para R\$998 o limite de saque do FGTS o governo reforça o estímulo ao consumo. Juros básicos em seu menor nível devem ajudar. Se o otimismo persistir, o crescimento poderá passar de 2,20%, consolidando a superação da crise.

Programa de privatizações

Entre 1991 e fevereiro de 2000, foram 125 estatais privatizadas. Destas, 91 eram federais e as demais de propriedade dos estados, que nesse período também deram início aos seus próprios programas de desestatização. As receitas, por sua vez, totalizaram US\$72,9 bilhões, dos quais US\$46,7 bilhões em nível federal e US\$26,2 bilhões nos estados.

A privatização perdeu fôlego a partir de 2000, com o avanço do ajuste fiscal iniciado em 1998, que enfraqueceu o acordo tácito entre liberais e social-democratas. Nos governos Lula e Dilma, a privatização não andou e o que se viu foi o movimento oposto, a criação de novas estatais. Segundo dados apresentados pelo secretário Salim Mattar, o número de estatais federais saltou de 106 ao final de 2002 para 154 em agosto de 2016, caindo para 134 ao final do governo Temer.

A privatização retornou ao coração da política econômica no governo Bolsonaro, que promete acelerar a venda de estatais este ano. Considerando todas as 627 empresas em que a União tem participação, a meta é sair de mais de 120 delas em 2020.

Armando Castelar – *Valor* 21/1/2020

O “imbróglio” do juiz das garantias

Desprezando, a nosso sentir, a latente inconstitucionalidade por vício de iniciativa (art. 96 da Constituição Federal) e ainda os inconfessáveis propósitos políticos (restrições às condutas do ex-juiz Moro e Itabaiana) a figura do juiz das garantias, implantada no bojo do pacote anticrime, criou um incrível “imbróglio” afrontando princípios jurídicos consolidados e o próprio funcionamento do Poder Judiciário no país. Violou os princípios do juiz natural, da unicidade da competência, da perpetuação da jurisdição e da ampla defesa etc.

Inventou um “microssistema” no Código de Processo Penal e esqueceu ensinamentos clássicos na assertiva incontestada de que “sentença” é algo que foi “sentido” no processo pelo juiz. Só deve sentenciar quem participou da colheita das provas. Daquilo que o juiz “sentiu como direito” (COUTURE).

Criou, na verdade, uma figura nova de “impedimento” para os magistrados. O juiz que presidiu a instrução e colheu as provas está “impedido” de julgar a causa!! Quando, na verdade, deve ser o contrário. O juiz que preside a instrução, que colhe e “sente” a prova é o que, em princípio, está mais apto para sentenciar! É a lógica da vida humana, consagrada no princípio da identidade física do juiz desprezado, sumariamente, na proposta.

Para se perceber o tamanho do “imbróglio” basta ver que a Procuradoria-Geral da República, em parecer preliminar, levantou nada menos de “oito” pontos a serem observados na análise da questão pelo Supremo.

Indaga-se: O juiz das garantias funcionará no Tribunal do Júri? Nos Tribunais de 2º grau? Nos casos de violência doméstica? Na Justiça Eleitoral? Como será o rodízio nas Comarcas de um só juiz? Quem designará o juiz das garantias? Que “imbróglio”!!

A suspensão decretada pelo presidente do Supremo reconhecendo, desde logo, parciais inconstitucionalidades, era o mínimo que se podia fazer ante o tamanho desse embrulho!

Desembargador Marcus Faver, membro do Conselho Técnico da CNC

Abertura necessária

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou em Davos a intenção do governo de aderir ao Acordo Internacional de Compras Governamentais (Agreement on Government Procurement – GPA), o que permitirá que o poder público compre bens e serviços de empresas estrangeiras. Trata-se de uma medida promissora, que pode reduzir custos, aumentar eficiência e diminuir os riscos de corrupção. “O Brasil está querendo entrar para a primeira liga, para a primeira divisão de melhores práticas. Isso realmente é um ataque frontal à corrupção”, disse Paulo Guedes.

Contribuição sindical

Segundo a Newsletter Drive Premium (Poder 360), a arrecadação de entidades de trabalhadores e patronais caiu de R\$500 milhões para R\$128,3 milhões de 2018 a 2019. Antes da Reforma Trabalhista do governo Michel Temer, em 2017, havia sido de R\$3,6 bilhões.

Os sindicatos viram a fonte de receita cair em 98% nos últimos 2 anos, passando de R\$1,5 bilhão para R\$24,3 milhões. Nas centrais, o recuo foi de 97% de 2017 a 2019. A CUT, por exemplo, passou a ter R\$442 mil de receita anual, frente aos R\$62,2 milhões de 2 anos atrás. Não só as entidades de trabalhadores foram desidratadas. A CNC perdeu 90% da receita em 2 anos, passando de R\$29,3 milhões para R\$3,2 milhões.

Otimismo

O ex-ministro Delfim Netto acredita que Paulo Guedes está propondo mudanças estruturais na economia, de forma mais “profunda” do que imaginava.

A área técnica conta com gente altamente competente. Tarcísio Freitas (Infraestrutura), Tereza Cristina (Agricultura) e Paulo Guedes (Economia) representam uma proposta altamente positiva.

Há alguns sinais de que as coisas se recuperam. No setor público, o ajuste fiscal caminha razoavelmente. Seguramente estamos indo para um controle da relação entre dívida pública e PIB, que é importante para dar perspectiva melhor para o futuro. Estamos com uma baixa da taxa de juros, que eu acho definitiva. Desde a gestão do Ilan Goldfajn, o Banco Central colocou em marcha um programa de modernização do sistema financeiro, como o Brasil estava necessitando.

Chuvas catastróficas

O Sistema Comércio está mobilizado para ajudar as famílias atingidas pelas recentes chuvas que atingiram principalmente o Sudeste do Brasil. A CNC, junto com as Federações do Comércio do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, está prestando auxílio humanitário e sensibilizando a sociedade, em especial companhias, empresas e instituições, para doar produtos de higiene, limpeza e alimentos.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, solidarizou-se com a população atingida, lamentando profundamente essa tragédia que atingiu mais de cem cidades na região.

O Globo – 30/01/2020

Atividades econômicas

O emplacamento de novos veículos registrou, em 2019, o melhor desempenho em 5 anos. Dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) mostram que foram vendidos 2,78 milhões de novos veículos no ano passado, maior número desde 2014, quando foram emplacados 3,5 milhões.

O Indicador de Confiança da Indústria do Aço (ICIA) subiu 6,1 pontos entre novembro e dezembro e chegou a 68,3 pontos. Essa é a primeira vez que o índice ultrapassa os 50 pontos, ou seja, configura uma situação de otimismo com o setor. A série foi iniciada em abril de 2019.

A produção brasileira de aço bruto no mês de novembro caiu 10,5% em comparação com novembro de 2018. Os dados foram divulgados pelo Instituto Aço Brasil. O resultado também é negativo no

acumulado do ano: a retração foi de 8,8% entre janeiro e novembro de 2019, em comparação com o mesmo período do ano passado.

A atividade industrial de novembro foi mais forte que o usual para o período, segundo a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice de produção foi de 50,9 pontos e, normalmente, ele não costuma se situar acima dos 50 pontos, destaca a CNI.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de dezembro teve um avanço de 3,0 pontos em relação ao resultado fechado de novembro, para 99,3 pontos, maior patamar desde julho de 2018, quando ficou em 99,5 pontos, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A quantidade de empresas registradas na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) no ano passado foi a maior dos últimos 5 anos. Em 2019, 85.092 novos Cadastros Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJs) foram emitidos, um crescimento de 21,5% em comparação com o ano anterior.

Em meio a dificuldades de manter o ritmo de recuperação da produção, a indústria de transformação encolheu significativamente no país nos últimos anos. Pelo menos 17 indústrias fecharam as portas por dia no Brasil ao longo de 4 anos. Ao todo, 25.376 unidades industriais encerraram suas atividades de 2015 a 2018, de acordo com o estudo elaborado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) recuou 0,3% em relação a dezembro, na série com ajuste sazonal, descendo a 97,1 pontos, ainda abaixo do nível de satisfação de 100 pontos. O indicador alcançou o maior nível para meses de janeiro desde 2015,

quando estava em 119,7 pontos. Em relação a janeiro de 2019, o ICF mostrou crescimento de 1,2%. Na passagem de dezembro de 2019 para janeiro de 2020, houve piora na avaliação sobre a perspectiva de consumo (-0,9%) e os componentes relacionados ao mercado de trabalho: emprego atual (-1,6%), perspectiva profissional (-1,4%) e renda atual (-1,3%).

As vendas de papelão ondulado utilizados em embalagens – caixas, acessórios e chapas – totalizaram 285.962 toneladas em dezembro, indicando expansão de 7,47% ante igual período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela ABPO. Na comparação com novembro, no entanto, foi apurada retração de 11,36%.

A frustração com as vendas no varejo em novembro voltou a levar investidores a questionarem o otimismo com a retomada econômica do país. Como resultado, o real e o Ibovespa ignoraram qualquer viés positivo trazido pela assinatura do acordo comercial entre Estados Unidos e China. O dólar comercial terminou em alta de 1,32%, aos R\$4,1843 e o Ibovespa fechou em queda de 1,04%, aos 116.414 pontos.

PIB e Investimentos

Segundo o Monitor do PIB, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economia brasileira cresceu 0,3% em novembro, na comparação com o mês anterior. Na comparação com novembro de 2018, a expansão foi de 1,6%.

Segundo o *Relatório Focus* do Banco Central, as expectativas para o crescimento do PIB de 2020 e 2021 permaneceram em 2,31% e 2,50%, respectivamente.

A expectativa de um resultado muito próximo de 1% foi divulgada pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Segundo o indicador, a atividade em novembro foi 0,18% maior que o mês anterior e 1,10% superior à de um ano antes. O IBC-Br fecha num quadro ligeiramente positivo os dados parciais de novembro conhecidos até os últimos dias: produção industrial com recuo de 1,2%, venda do varejo ampliado com queda de 0,5% e atividade de serviços com diminuição de 0,1%. A estimativa da produção agropecuária pode ter ajudado a melhorar o conjunto.

O Citibank reforça a projeção de alta de 2,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano, o que pode “aproximar agências de *rating* (Fitch e S&P) de um *upgrade* [na nota do país]” já no primeiro semestre do ano. A expectativa do banco é ver um desempenho, puxado por avanços na demanda doméstica (1,8% para 2,9%), sobretudo com o consumo (2,0% para 3,0%) e investimentos (3,5% para 6,5%).

A Órama projeta avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5% neste ano, sob expectativa de sucesso das reformas no Congresso e da manutenção dos juros baixos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentou de 2% para 2,2% a projeção de crescimento econômico do Brasil em 2020. Para justificar a revisão, o relatório menciona a melhora das expectativas depois da aprovação da Reforma da Previdência e a recuperação das condições de oferta no setor de mineração.

As ações varejistas foram as que mais subiram. Os papéis ordinários (ON) da B2W Digital avançaram 5,40%, enquanto as ações ON do Magazine Luiza subiram 3%. De acordo com a Corretora Renascença, parte do mercado aposta em mais um corte de juros na reunião do Copom no início de fevereiro, o que explicaria a alta das ações de varejo.

Indústria

A Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizadas entre os dias 6 a 17 de janeiro, com 1.965 indústrias de todo o país, mostra que o índice de evolução da produção caiu 7,1 pontos frente a novembro e ficou em 43,8 pontos no mês passado. Segundo a CNI, a produção da indústria brasileira voltou a registrar queda em dezembro, na comparação com o mês anterior.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) avançou 1,5 ponto em janeiro, na série com ajuste sazonal, e atingiu a marca de 100,9 pontos, dos 99,4 pontos de dezembro. Os dados foram divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É o maior nível desde março de 2018, quando o indicador marcou 101,4 pontos.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) variou de 64,3 para 65,3 pontos na passagem de dezembro para janeiro. Na comparação com o mesmo período de 2018, houve alta de 0,6 ponto, segundo dados divulgados pela CNI.

O Índice de Confiança da Construção (ICST), divulgado pelo IBRE/FGV, atingiu o maior valor desde maio de 2014 ao subir de 92,1 para 94,2 pontos, na série com ajuste sazonal. No mês anterior, o índice havia avançado 2,7 pontos. Frente ao mesmo período de 2018, na série sem ajuste sazonal, a alta na confiança foi de 9,7 pontos.

Ao concluir a venda da PetroAfrica, por US\$1,45 bilhões, a Petrobras encerrou um ciclo de quatro décadas em território africano. Com a venda, a Petrobras se desfaz de uma produção de 34 mil barris diários de petróleo. O volume é oriundo dos ativos da empresa na Nigéria e representa cerca de 1,5% da meta de produção da estatal para 2020.

A produção de petróleo no Brasil alcançou uma média de 2,785 milhões de barris diários em 2019, um incremento de 7,7% ante o volume obtido no ano passado, de 2,587 milhões de barris diários, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção anual do país superou, pela primeira vez, a marca de 1,017 bilhão de barris.

Com a queda na taxa de juros e o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos houve o crescimento do mercado de motocicletas em 2019. A cada 100 motos vendidas, 44 foram financiadas, com 33 delas com pagamento à vista e 23 entregues em consórcios.

O mercado imobiliário brasileiro passou por períodos difíceis e desafiadores, entre 2014 e 2018. Além das questões estruturais e macroeconômicas, foram duramente atingidos pelos distratos, que desestabilizaram empresas e afetaram a saúde financeira e a capacidade de investimento das incorporadoras. Os resultados do mercado em 2019 na capital paulista comprovam a capacidade de reação do setor, que deve fechar o ano com mais de 40 mil unidades vendidas.

O consumo aparente de alumínio deve retornar aos níveis Pré-Crise. A expectativa da Associação Brasileira de Alumínio (ABAL) estima um incremento de 5% no mercado brasileiro, chegando a 1,6 milhão de toneladas. Em 2004, o consumo foi de cerca de 1,5 milhão de toneladas.

A Anfavea acredita que os emplacamentos devem crescer 9,4% em 2020, enquanto as exportações, que já tiveram resultados ruins em 2018 e 2019, devem cair 11%, em função do desaquecimento da economia Argentina.

O Brasil está perdendo a corrida para exportar produtos manufaturados de maior valor. A indústria de alta e média/alta tecnologia – que produz itens como veículos, peças automotivas, aviões, máquinas e remédios – respondeu em 2019 por 32% das vendas externas da indústria de transformação, a menor participação desde 1995. O levantamento é do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e segue os critérios da OCDE.

A indústria de máquinas e equipamentos do país estima um mercado melhor este ano. Segundo a Abimaq, para 2020, a receita apurada nas vendas internas de máquinas deverá crescer cerca de 10%. Em 2019, a receita do setor atingiu R\$46,35 bilhões, o equivalente a 7,1%, no comparativo com 2018.

Comércio

Os comerciantes brasileiros começaram o ano de 2020 mais otimistas, segundo a CNC. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) registrou alta de 2% em janeiro ante dezembro, a quinta alta consecutiva, alcançando 126,6 pontos.

Na comparação com janeiro de 2019, o ICEC aumentou 4,7%. A recuperação gradual da atividade econômica tem ajudado a melhorar o ânimo dos empresários do comércio.

De acordo com estudo elaborado pela CNC, os feriados nacionais ao longo do ano de 2020 devem causar um prejuízo de R\$19,6 bilhões ao comércio varejista este ano. Em 2019, o comércio varejista e atacadista teve um prejuízo de R\$17,4 bilhões com os feriados nacionais. A CNC estima que haja uma queda de 8,4% na lucratividade do comércio a cada feriado.

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) subiu 1,3 ponto na passagem de dezembro para janeiro, para 98,1 pontos, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 0,1 ponto na passagem de dezembro para janeiro, para 96,1 pontos, na série com ajuste sazonal, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Depois de dois meses consecutivos de alta, o setor de serviços registrou queda de 0,1% em novembro, na comparação com outubro, em relação a novembro de 2018, houve alta de 1,8% e no acumulado de 12 meses, o crescimento foi de 0,9%.

A participação do *e-commerce* no comércio brasileiro é muito pequena comparada a outros países. Atualmente, responde por algo entre 4% e 5% das vendas do varejo, enquanto na China essa fatia é de 30%, no Reino Unido de 18% e nos EUA é de 11%. Segundo a consultoria e auditoria PwC Brasil, nos últimos 4 anos, a fatia do comércio *online* no varejo mais que dobrou e, olhando para o passado, projeta que vai triplicar em 4 ou 5 anos.

Em novembro, o volume de receitas no setor de serviços apresentou retração de 0,1%, na comparação com outubro, mantendo-se praticamente estável, mas registrando o primeiro resultado negativo após altas expressivas. A CNC manteve a projeção de crescimento dos serviços em 1,0%, em relação a 2018, o que representaria o primeiro avanço anual desde 2014 (+2,5%). A entidade continua apostando em um 2020 mais favorável e revisou de +1,9% para +2,0% sua previsão de crescimento para este ano.

O Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian apresentou aumento de 2% no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, na

comparação com o mesmo período do ano anterior. O incremento foi impulsionado pelo setor de veículos, motos e peças, que teve alta de 8,4% e pelo segmento de material de construção, este com acréscimo de 4,6%.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) recuou 1,2 ponto atingindo 90,4 pontos. Em dezembro, o índice tinha registrado alta de 2,7 pontos, alcançando 91,6 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2019.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, as vendas avançaram 0,8% em outubro, após terem registrado crescimento de 1,0% em setembro. A CNC revisou de +5,2% para +5,5% a expectativa de crescimento do varejo para 2020.

Agricultura

Com a colheita da safra 2019/2020 de soja recém-iniciada, os produtores de Mato Grosso, maior produtor do país, iniciaram também as vendas da produção de 2020/2021, que será colhida somente no ano que vem. A colheita da produção começou com atraso, devido à falta de chuvas no período de plantio. Até 10 de janeiro, 1,79% da área semeada no Estado, de 9,7 milhões de hectares, havia sido colhida. No mesmo período da safra passada, quando as condições de clima foram mais favoráveis à cultura, 5,62% da área já havia sido colhida.

O setor agropecuário deixou de empregar quase 1,8 milhão de pessoas desde 2012. Entre o terceiro trimestre daquele ano e o de 2019, a população ocupada diretamente na atividade diminuiu de 10,3 milhões para 8,5 milhões. Somente na passagem de 2018 ao ano passado, foram 174 mil pessoas a menos trabalhando no campo, apesar de um crescimento estimado de 2,39% da produção agropecuária.

As exportações de suco de laranja do Brasil aumentaram em 26,6% nos primeiros 6 meses da temporada 2019/2020, na comparação com o mesmo período da safra anterior, somando 648,75 mil toneladas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR). No mesmo período, a receita com os embarques cresceu 14%, correspondendo a US\$1,1 bilhão.

A JBS assinou um acordo com o gigante chinês WHGroup para exportar carne bovina para China. Em negociação há pelos menos 3 anos, o acordo prevê a exportação do equivalente a R\$3 bilhões anuais a partir das unidades da Friboi, divisão de negócios que abrange as operações de bovinos e derivados da JBS no Brasil e que fatura cerca de R\$30 bilhões por ano.

Mercado de Trabalho

Estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), um em cada 10 contratos intermitentes – modalidade de contratação criada pela Reforma Trabalhista – não gerou renda alguma ao trabalhador em 2018. O levantamento mostra que a nova forma de vínculo empregatício ainda é pouco utilizada e gera baixa remuneração para boa parte dos trabalhadores.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) indicam fechamento líquido de 307,3 mil postos de trabalho formais em dezembro, ante a criação líquida de 100,6 mil vagas em novembro. No mesmo período de 2018, houve fechamento líquido de 342,4 mil postos. No ano de 2019, o saldo registrado de admissões formais foi de 644,1 mil vagas, ante 546,4 mil no ano anterior.

O município do Rio de Janeiro terminou o ano com o pior desempenho entre as capitais do país em termos de geração de emprego. Depois de encerrar 2018 com criação de 3.205 vagas de trabalho com carteira assinada, a capital fluminense fechou 6.640 postos em 2019. Já o Estado do Rio conseguiu encerrar 2019 com saldo positivo de 16,829 empregos.

A abertura de empregos com carteira assinada em 2019 foi puxada pelos setores de serviços e comércio, com abertura de 145.475 postos de trabalho no ano. A construção civil abriu 71.115 vagas, seguida pela indústria da transformação (18.341), agropecuária (14.366), serviços industriais de utilidade pública (6.430), extração mineral (5.005) e administração pública (822).

Segundo o IBGE, a renda média mensal de 60% dos trabalhadores brasileiros – corresponde a 54 milhões de brasileiros empregados com carteira assinada ou na informalidade – foi menor que um salário-mínimo em 2018.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE), com o novo salário-mínimo de R\$1.045 que vigorará a partir de fevereiro é possível comprar duas cestas básicas (R\$1.013) e mais um quilo de carne (R\$31,52) por mês. A cesta básica em São Paulo custava, em média, R\$506,50 em dezembro de 2019.

Conforme número da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do IBGE, a população ocupada nas atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura diminuiu a uma média de 2,6% ao ano entre o terceiro trimestre de 2012 e igual período de 2019.

Sistema Financeiro

Segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela CNC, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso subiu 24,5% em dezembro, o avanço foi menos intenso do que o visto no endividamento – a proporção de 65,6% de famílias com dívidas é 5,8 pontos superior aos 59,8% de dezembro de 2018.

Segundo a CNC, a demanda por crédito é a maior, em relação aos últimos 5 anos. Os juros médios pagos nas operações de consumo caíram nos últimos 3 anos de 74,5% (em novembro de 2016) para 50% (em novembro de 2019).

O BNDES deve reforçar o caixa da União com cerca de R\$14 bilhões a R\$15 bilhões, com receitas de dividendos.

De acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), os financiamentos para a compra e a construção de imóveis totalizaram R\$135 bilhões no ano passado, montante 15% maior que o registrado em 2018, quando a cifra ficou em R\$117 bilhões.

Praticamente, metade dos consumidores brasileiros passaram pela situação de ficar com o “nome sujo” nos últimos 12 meses, segundo pesquisa divulgada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). De acordo com o levantamento, 48% dos consumidores brasileiros tiveram o CPF negativado nos últimos 12 meses em razão de dívidas em atraso.

Estão em discussão iniciativas nas esferas do Banco Central, da Receita Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional para ampliar o acesso de *fintechs*, bancos pequenos e empresas de cartões aos serviços de recebimento. Atualmente, os serviços de cobrança e arrecadação estão concentrados nas grandes instituições financeiras. A atividade gerou receita combinada de R\$8,9 bilhões para Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Santander, entre janeiro e setembro de 2019.

As concessões no crédito livre subiram 14,7% em 2019 em relação a 2018, para R\$397,0 bilhões, segundo o Banco Central. Houve avanço de 18,1% em dezembro ante novembro. No crédito para pessoas físicas, as concessões registaram alta de 15,5% em 2019, para R\$206,1 bilhões. Em dezembro, houve alta de 8,1%. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões subiram 13,6% em 2019, para R\$190,9 bilhões. Em dezembro, o avanço foi de 31,4%.

O estoque total de operações de crédito do sistema financeiro subiu 6,5% em 2019 em relação a 2018, para R\$3,471 trilhões. Em dezembro, houve alta de 1,6%. O total de operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 47,3% para 47,8% na passagem de novembro para dezembro. No fim de 2018, o percentual era de 47,3%.

O comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu 20,9% em novembro, ante 20,7% em outubro. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda ficou em 18,6% em novembro, ante 18,5% em outubro.

O saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro subiu 8,9% em 2019, para R\$10,287 trilhões. O montante equivale a 141,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No fim de 2018, esta relação

estava em 137,1% do PIB. Em dezembro, o crédito ampliado apresentou alta de 0,7% em relação a novembro.

Com a mesma velocidade que o coronavírus se espalhou no fim de semana, com vítimas em vários países, o medo de uma recessão global e a incerteza causada pela falta de transparência do governo chinês atingiu os mercados financeiros ao redor do mundo. No Brasil, a Ibovespa recuou 4 mil pontos com as grandes produtoras de *commodities* brasileiras (Vale, Petrobras, Gerdau, CSN e Suzano), perdendo em um único dia R\$42,343 bilhões em valor de mercado.

Inflação

O IPCA-15, do IBGE, avançou 0,71% em janeiro, ante alta de 1,05% em dezembro. Em janeiro do ano passado, o IPCA-15 registrava variação de 0,30%. Com o resultado, o índice acumula alta de 4,34% em 12 meses.

O IGP-M registrou alta de 0,48% em janeiro, de acordo com a FGV. O resultado ficou 1,61% abaixo da variação de dezembro, quando a inflação medida pelo indicador apresentou alta de 2,09%. Mesmo assim, no acumulado de 12 meses, o IGP-M ganhou força e subiu a 7,81%, de 7,30% da divulgação anterior.

De acordo com o boletim do Banco Central, os analistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de inflação para 2020 de 3,56% para 3,47%. Foi a quarta queda consecutiva do indicador.

Apesar de ter fechado o ano acima do centro da meta (4,31%), puxada pela alta da carne, a inflação deve diminuir o ritmo ainda em janeiro, mantendo uma trajetória estável ao longo de 2020. Esta é a

expectativa de economistas, que acreditam, que o BC vai manter a taxa básica de juros inalterada ou até promover novos cortes.

Impulsionados pela forte demanda chinesa e por uma série de interrupções na oferta, os preços do minério de ferro, ingrediente-chave na produção de aço, tiveram valorização de 30% em 2019, atingindo uma média de US\$90 por tonelada.

A ANTT estabeleceu novas regras para a cobrança do frete rodoviário em resolução publicada em 16/01/2020. Com as alterações, o piso do frete aumentou de 11% a 15%, de acordo com o tipo de carga e operação.

Divulgada a segunda prévia do (IGP-M) da FGV, mostrou desaceleração da alta da carne bovina, de 15,4% para 2,74% entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

Setor Público

A dívida pública federal fechou o ano de 2019 em R\$4,24 trilhões, uma alta de 9,5% em relação ao registrado em 2018. É o maior patamar da série histórica, iniciada em 2004. Apesar do resultado, o montante ficou dentro do projetado pelo governo no ano passado, que era entre R\$4,1 trilhões e R\$4,3 trilhões. Em 2019, o estoque da dívida estava em R\$1,497 trilhões e no final do ano passado, somou R\$4,248 trilhões.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou sem restrições, a compra de parte da Embraer pela Boeing. Segundo o Conselho, as duas empresas não concorrem nos mesmos mercados e, por isso, a transação não representa riscos à concorrência sadia. A

operação foi anunciada em julho de 2018, 9 meses após a compra de parte da Bombardier pela Airbus – outras duas gigantes da aviação comercial.

Segundo o governo federal, a venda de títulos públicos por meio do Tesouro Direto registrou aumento de 72% no ano passado, correspondente a R\$30,882 bilhões. Em um ano marcado pela queda dos juros, os resgates de títulos em 2019 também atingiram valor recorde, totalizando R\$30,915 bilhões. Desse total, R\$21,324 bilhões correspondem a resgates antecipados e, outros R\$9,591 bilhões, a resgates devido ao vencimento do papel.

O Tesouro Nacional planeja uma reestruturação radical da gestão da dívida pública a partir do ano que vem. A ideia é retomar de forma mais agressiva a estratégia de reduzir a participação de papéis pós-fixados por títulos pré-fixados na dívida, o que ajudaria a melhorar a composição e eventualmente alongaria o prazo de vencimento dos títulos.

As 85 empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional investiram, em 2019, apenas 45,7% do orçamento de R\$127,4 bilhões para o exercício. O volume dos investimentos das estatais foi da ordem de R\$58,3 bilhões, desempenho que representou uma queda de 31,3% sobre o executado em 2018.

A promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de reduzir pela metade o imposto sobre as empresas não ocorrerá tão cedo, pela sinalização meio confusa dada pelo presidente Jair Bolsonaro na Índia, país que acaba de baixar esse tipo de taxaço. Bolsonaro deixou claro que a Reforma Administrativa a ser enviada ao Congresso está praticamente pronta.

O Ministério da Economia deve retirar a arrecadação prevista com a privatização da Eletrobras das receitas do Orçamento de 2020. O governo esperava receber R\$16,2 bilhões com a venda da estatal.

Setor Externo

O Banco Central divulgou o resultado de déficit de US\$5,691 bilhões em dezembro, nas contas transações correntes do balanço de pagamento e fechou o ano de 2019 negativo de US\$50,762 bilhões. A estimativa para a dívida externa brasileira no fim de 2019 é de US\$323,593 bilhões. Segundo a instituição, o ano de 2018 terminou com uma dívida de US\$320,612 bilhões. A dívida externa de longo prazo atingiu US\$243,657 bilhões em dezembro, enquanto o estoque de curto prazo ficou em US\$79,935 bilhões no fim do mês passado.

Os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$78,559 bilhões em 2019. Em 2018, a entrada de recursos nessa conta havia somado US\$78,163 bilhões. Já em dezembro, o IDP ficou em US\$9,434 bilhões. Este saldo de investimento estrangeiro acumulado em 2019 representou 4,27% do PIB.

A balança comercial brasileira registrou déficit de US\$561 milhões na quarta semana de janeiro. O resultado foi alcançado com exportações de US\$2,566 bilhões e importações de US\$3,127 bilhões. No acumulado de janeiro deste ano, o superávit é de US\$346 milhões. No mês, houve queda de 18,4%, na média diária das exportações na comparação com janeiro do último ano, passando de US\$822,045 milhões para US\$670,4 milhões.

Em relação ao aumento no número de mortes e de pessoas infectadas pelo coronavírus na China, as bolsas de valores registraram fortes

perdas diante do temor de que a economia chinesa desacelere num momento em que já está crescendo ao menor ritmo das últimas três décadas.

A conta de viagens internacionais voltou a registrar déficit em 2019. No ano passado, a diferença entre o que os brasileiros gastaram lá fora e o que os estrangeiros desembolsaram no Brasil foi de um saldo negativo de US\$11,681 bilhões. Em 2018, o déficit nessa conta foi de US\$12,345 bilhões.

O acordo comercial firmado entre Estados Unidos e China, pelo qual os chineses se comprometeram a importar US\$51,5 bilhões em produtos agrícolas americanos nos próximos 2 anos, terá efeito limitado sobre as exportações brasileiras. Embora o acordo não detalhe os valores por produtos, estima-se que a exportação de soja para a China deva ser a mais afetada e direcionada para outros países.

Depois de o Brasil fazer uma série de concessões aos Estados Unidos ao longo de 2019, o governo Donald Trump anunciou que dará prioridade ao pleito brasileiro de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os preços ao consumidor nos EUA subiram menos que o esperado em dezembro, registrando uma alta de 0,2% em relação a novembro, segundo informação do Departamento do Trabalho. Na comparação anual, a inflação apresentou alta de 2,3% em dezembro.

A economia chinesa registrou crescimento de 6,1% em 2019, refletindo a escalada da guerra comercial com os Estados Unidos ao longo do ano e a queda do consumo interno.

O Bradesco captou US\$1,6 bilhão em uma nova emissão externa. O Banco emitiu US\$800 milhões na *tranche* de 3 anos, com *yield* de 2,85%, e mais US\$800 milhões na parcela de 5 anos, com *yield* de 3,20%.

A varejista de móveis sueca IKEA anunciou que decidiu fechar todas as suas 30 lojas na China, temporariamente, em meio ao surto de coronavírus no país. Os funcionários afetados ficarão em casa sob licença remunerada, disse a empresa.



Sesc Senac

2018-2022

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo

Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Vice-Presidentes

1º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

2º Luiz Carlos Bohn

3º Lázaro Luiz Gonzaga

Abram Abe Szajman

Darci Piana

Edison Ferreira de Araújo

Eliezir Viterbino da Silva

José Arteiro da Silva

José Lino Sepulcri

José Marconi Medeiros de Souza

Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretores Financeiros

1º Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

2º Ademir dos Santos

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Aldo Carlos de Moura Gonçalves

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Carlos de Souza Andrade

Hermes Martins da Cunha

Itelvino Pisoni

Ivo Dall'Acqua Júnior

Diretores

Jeferson Furlan Nazario

José Wenceslau de Souza Júnior

Marcelo Baiocchi Carneiro

Marcos Antônio Carneiro

Maurício Cavalcante Filizola

Nino Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal

Domingos Tavares de Sousa

Lélio Vieira Carneiro

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

Adeilton Feliciano do Prado

André Luiz Roncatto

Antônio Maria dos Santos da Silva Azevedo

Conegundes Gonçalves de Oliveira

Denis Oliveira Cavalcante

Francisco Everton da Silva

Francisco Jorge Neto

Geraldo Vieira Rocha

Gilberto de Andrade Costa

Guilherme Marconi Coutinho de Souza

Helton Andrade

Jadir Correa da Costa

Jorge Luiz das Neves Morais

José Alcides dos Santos

Kelsor Gonçalves Fernandes

Ladislao Pedroso Monte

Leonel Sincin Júnior

Lúcio Emílio de Farias Júnior

Marcantoni Gadelha de Souza

Marcelino Ramos Araújo

Maria Lúcia Dorta Pompeu

Nilo Ítalo Zampieri Júnior

Nívio Perez dos Santos

Osmar Santana Lima

Paulo Roberto dos Santos

Pedro Coelho Nasser

Pedro José Maria Fernandes Wähmann

Rubens Torres Medrano

Valdir Pietrobon

Suplentes do Conselho Fiscal

Alfeu Adelino Dantas Júnior

Gladstone Nogueira Frota

Luso Soares da Costa

Carta Mensal



Sesc Senac